

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de História

Trabalho de conclusão de curso

Heloisa Sousa Pinto Netto

**MIGRANTES, SESMEIROS E POSSEIROS: OS ANTEPASSADOS DO  
GENERAL NETTO**

Porto Alegre

Dezembro

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de História

**MIGRANTES, SESMEIROS E POSSEIROS: OS ANTEPASSADOS DO  
GENERAL NETTO**

Heloisa Sousa Pinto Netto

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

Porto Alegre

Dezembro

2024

**Heloisa Sousa Pinto Netto**

**MIGRANTES, SESMEIROS E POSSEIROS: OS ANTEPASSADOS DO  
GENERAL NETTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em História.

Aprovado em 9 de janeiro de 2024.

---

Prof. Dr. Fábio Kühn – orientador (Departamento de História UFRGS)

---

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (Departamento de História UFRGS)

---

Profa. Ma. Paola Natalia Laux (PPGH UFRGS)

*Há setenta casais a bordo, mas a Morte embarcou também. Não se passa um único dia em que não lancem um defunto ao mar. São as febres malignas e o medonho mal-de-luanda. Cinzentos como cadáveres, homens e mulheres vomitam os dentes com sangue. E de suas bocas purulentas sai um hálito podre de peste. Outros rolam nos beliches treme-tremendo de febre. E o capitão indiferente aponta para o céu, mostra a alguém o Cruzeiro do Sul.*

*Por esse tempo muito povo descia para o Continente, cujas terras e gados seriam de quem primeiro chegasse. Homens de Laguna, de São Paulo, das Minas Gerais e do planalto curitibano desciam pelos caminhos das tropas. Muitos navegavam os rios em busca de ouro e prata. Muitos requeriam sesmarias. Outros roubavam terras. Ladrões de gado aos poucos iam virando estancieiros. Nasciam povoados nos vales e nas margens daqueles muitos rios. As campinas andavam infestadas de aventureiros, fugitivos do Presídio e da Colônia do Sacramento, homens sem lei e sem pátria, homens às vezes sem nome.*

Erico Verissimo

*O Continente, O tempo e o vento* (2004, p. 89-91)

## RESUMO

O presente trabalho pretende investigar como o patrimônio da família do general farroupilha Antonio de Souza Netto foi moldado e transmitido através dos tempos, levando em consideração o impacto das mudanças históricas e como cada geração utilizou suas estratégias próprias para constituir, preservar e expandir a riqueza da família. A partir de uma análise intergeracional, o estudo foca nas origens familiares dos Netto ao mesmo tempo em que busca identificar as estratégias de reprodução social mobilizadas pelos antepassados do general. Para tal, foram examinadas diferentes fontes, tais como inventários *post mortem* e testamentos, registros de batismo, de casamento e de óbito, registros de terras e processos de medição de terras, além de ofícios e cartas. Ao longo de quatro gerações, a família se viu influenciada por questões de herança, de posse de terras, por alianças sociais e por condições políticas e econômicas próprias de cada período, resultando em um patrimônio cuja constituição reflete as complexas relações entre processo histórico e dinâmicas familiares.

**Palavras-chave:** Rio Grande do Sul. Família Netto. Estratégias familiares. Reprodução social. Patrimônio.

## **Lista de figuras**

Figura 1 – O ramo paterno .....	21
Figura 2 – O ramo materno .....	29
Figura 3 – Os descendentes de José e Theotonia .....	45

## SUMÁRIO

Introdução .....	7
1. Porto – Colônia do Sacramento – Vila de São Pedro do Rio Grande: o ramo paterno.....	12
2. Santana de Parnaíba – Vacaria dos Pinhais – Piratini: o ramo materno .....	22
3. José de Souza Netto e Theotonia Bueno da Fonseca: os pais do general .....	30
Considerações finais .....	46
Fontes de pesquisa .....	49
Referências bibliográficas .....	50
Anexos .....	54
Anexo 1: Carta topográfica da Nova Colônia e cidade do Sacramento no grande Rio da Prata, de Diogo Soares, 1731 .....	55
Anexo 2: Inventário de Francisco de Souza Soares (excertos).....	58
Anexo 3: Processo de Medição Judicial de Terras .....	62
Anexo 4: Mapa do Rincão da Guarda de Santa Rosa .....	63
Anexo 5: Mapa do Rincão do Contrato .....	64
Anexo 6: Túmulos da família Netto .....	65

## Introdução

O presente trabalho é um desdobramento de um projeto de maior amplitude que busca examinar as origens sociais e redes familiares da elite do movimento farroupilha e suas estratégias de reprodução social. Na pesquisa matriz se pretende observar meios utilizados pelas famílias da elite farroupilha para transferir de uma geração para outra um capital que permitiu o estabelecimento dos seus descendentes. No caso deste estudo, o centro é a família de Antonio de Souza Netto, uma das figuras proeminentes da Guerra dos Farrapos. Os bisavós paternos de Antonio, Francisco de Souza Soares e Anna Marques de Souza, vieram do norte de Portugal para a Nova Colônia do Sacramento no início do século XVIII. O casal teve cinco filhos, entre eles o avô de Antonio, Francisco de Souza Soares. Francisco seguiu para Rio Grande, onde casou com Anna Alexandra Fernandes, nascida na Ilha de São Jorge, Açores. O casal teve dois filhos, entre eles José de Souza Netto, o primogênito e pai do general farroupilha. O ramo materno de Antonio descende de antigas famílias paulistas. Os avós, Salvador Bueno da Fonseca e Ignacia Antonia de Araujo Rocha, deixaram Santana de Parnaíba na segunda metade do século XVIII, estabelecendo-se primeiramente na região de Vacaria dos Pinhais, nos Campos de Cima da Serra, onde nasceram dez dos onze filhos, incluindo Theotonia Bueno da Fonseca, a mãe de Antonio, e seguindo depois para a região de Canguçu. O trabalho que aqui se apresenta pretende investigar as estratégias de reprodução social das gerações que antecederam à de Antonio de Souza Netto, focando em especial na forma como se deu a constituição de um patrimônio capaz de render à família uma posição social e econômica destacada. Tal visada faz deste, portanto, um exercício que privilegia uma análise intergeracional.

Falar em estratégias de reprodução social compartilhadas por grupos dominantes significa pensar nas práticas através das quais indivíduos em posição favorecida buscam conservar ou ampliar seus diferenciais de privilégio em relação aos demais agentes do espaço social. Os diferentes laços, sejam eles de sangue, de amizade ou de dependência, levam os indivíduos em posição destacada a mobilizarem suas redes de relações fortalecendo seu capital social e sua capacidade de ação, o que indica que as redes de relações também funcionam como redes de poder. A rede familiar<sup>1</sup> é com frequência o

---

<sup>1</sup> Família entendida aqui como “um vasto sistema de relações construído segundo uma dupla lógica de linhagem e de parentesco” (Bertran, Michel. *De la familia a la red de sociabilidad*. Revista Mexicana de Sociología, Vol. 61, No. 2. (Apr. - Jun., 1999), p. 118. Tradução minha.)

primeiro lugar para o estabelecimento de alianças e obtenção de apoio. Isso quer dizer que alguns vínculos são estabelecidos primeiramente através de estratégias intrafamiliares, cujo efeito das decisões tomadas pode repercutir de maneira diversa nos membros do grupo familiar. Organizadas a partir de intersecções, as redes sociais interagem entre si com abrangência e resultado variável, isto é, rendendo maior ou menor inserção social de acordo com as escolhas e alianças (negócios, cargos, vida militar, matrimônios, dotes, compadrios).

A partir da observação de algumas trajetórias pessoais e do variado sistema relacional existente na sociedade da qual são integrantes, o presente estudo busca entender como se deu a construção do patrimônio, tanto financeiro quanto simbólico, e da privilegiada situação econômica alcançada por diversos membros da família Netto, especialmente ao longo do século XIX. José e seus filhos estiveram diretamente envolvidos no maior conflito ocorrido na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a Guerra dos Farrapos, sendo Antonio naturalmente o nome mais expressivo. Mesmo que somente Antonio tenha sido eleito deputado na Assembleia Constituinte e Legislativa Farroupilha de 1842, seu pai e seu irmão Florisbelo também concorreram, o que demonstra o grau de comprometimento com a causa farroupilha e a influência política da família. José se tornou proprietário de terras e acabou se tornando o maior escravista de Bagé em meados do século XIX, o que é referendado por seu inventário<sup>2</sup>. Alguns de seus filhos vão superar sua fortuna, com campos espalhados entre Bagé, Jaguarão, Piratini e Banda Oriental. José e sua descendência alcançaram um patamar considerável como proprietários, mesmo que José não tenha herdado um patrimônio significativo de seu pai, e muito menos seu pai herdado de seu avô. Como também não foram encontrados maiores indícios de herança ou dote vultuosos percebidos por Theotonia, isso tudo leva a crer que o crescimento patrimonial se deu de fato na passagem da terceira para a quarta geração.

Ainda que a forma de constituição do patrimônio não venha evidenciada nos testamentos e nos inventários *post mortem*, a descrição das posses possibilita que se dimensione o legado. O caráter processual que caracteriza os inventários e os testamentos carrega uma variada gama de informações, sejam de ordem quantitativa (o principal propósito é o de quantificar os bens), ou ainda qualitativa (questões mais subjetivas ou que envolvem outras pessoas além dos familiares e herdeiros). No caso do inventário do

---

<sup>2</sup> Matheus, Marcelo Santos. *A produção da diferença. Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c. 1820-1870)*. São Leopoldo, Rs: Oikos, 2021, p. 138.

casal José e Theotonia, a descrição das posses denota que era um legado bastante razoável distribuído entre a região de Bagé, Piratini e Jaguarão. A documentação referente aos filhos e filhas anexada ao inventário (procurações e declarações diversas) demonstra que parte dos herdeiros vivia em propriedades no Estado Oriental, mas não foram localizados indícios de que José e Theotonia tenham contribuído para a formação destes patrimônios. Talvez sejam propriedades obtidas pelos filhos e filhas por meio de apossamento, compra ou via casamento. De todo modo, nem sempre os campos do outro lado da fronteira entravam nos inventários e nada contradiz o fato de que o casal José e Theotonia pudesse ter amealhado uma extensão de terras que avançasse além fronteira. O testamento de José contribui para o esboço da situação econômica dos filhos e filhas, já que ao longo da explanação do plano de partilha são justificados benefícios anteriores e futuros. Já o inventário de seu pai, Francisco, dá uma ideia do intrincado histórico familiar, das condições de vida da família, delineando a situação de José aos trinta anos. O processo traz detalhes preciosos que permitem um esboço do que possa ter sido a vida e o cotidiano dos habitantes da Vila de São Pedro do Rio Grande na segunda metade do século XVIII. Embora tenham falecido em Piratini, os inventários dos pais de Theotonia não foram localizados até o momento<sup>3</sup>.

Outras fontes que serviram para consolidar o exercício de reconstituição do quadro patrimonial familiar dos Netto foram os Processos de Medição de Terras e os Registros Paroquiais de Terras. No primeiro caso, foi localizado um processo de medição judicial requerido por José relativo às terras localizadas em Piratini cedidas a ele pelo sogro. O documento traz não só dados sobre a legalização da posse das terras, também enriquece a reconstrução de sua biografia. Nos registros paroquiais o proprietário informava dados bastante específicos, como o nome da propriedade, sua localização, sua extensão e seus limites. No que diz respeito aos Netto, os dados fornecidos pelos herdeiros de José e Theotonia complementam os que aparecem no inventário dos pais<sup>4</sup>.

Se nos Registros Paroquiais de Terras é a propriedade que vem identificada de forma detalhada, nos registros paroquiais de batismo, de casamento, de óbito são os dados

---

<sup>3</sup> O conjunto de dados do ramo de Theotonia aqui reunido é fruto do exame de diferentes volumes da obra *Genealogia paulistana* (1904), de Luiz Gonzaga da Silva Leme, complementado pela obra *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (1994), de John Manuel Monteiro.

<sup>4</sup> Tanto os inventários, quanto os Registros Paroquiais de Terras, especificamente de Bagé e Jaguarão, e o Processo de Medição de Terras citados fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

personais que vêm em destaque, como filiação, naturalidade, posição social, título, estado matrimonial, local de moradia, cor da pele, vínculos com ordens e irmandades. Como a Igreja Católica estava presente nas diferentes localidades, os registros paroquiais representavam um meio efetivo para a organização da sociedade. Numa sociedade ordenada pelos sacramentos do catolicismo, as fontes paroquiais são documentos de grande valor em razão de seu caráter massivo e reiterativo e da riqueza de informações reunidas. Os registros de batismo e de casamento podem revelar pactos de alianças entre famílias, assim como de clientela, o que pode dar uma noção da hierarquia social prevalecente<sup>5</sup>. No que se refere aos Netto, quais premissas teriam guiado José de Souza Netto, seu pai e seu avô em termos de alianças? E os pais e avós de Theotonia? Será que buscaram construir uma rede social com o sentido de assegurar poder e prestígio através dos laços espirituais estabelecido na pia batismal, já que para a Igreja Católica o vínculo formado no batismo é sagrado e vincula pais e padrinhos de modo permanente? E qual o peso da aprovação dos genitores na escolha de noras e genros? Quais as estratégias matrimoniais reproduzidas pelo ramo materno, de origem paulista, e pelo ramo paterno, vindo da Colônia do Sacramento? Estas questões, se não respondidas em sua completude, puderam ser vislumbradas a partir da consulta a registros paroquiais de batismo e de casamento de integrantes de pelo menos quatro gerações da família<sup>6</sup>.

Um dos caminhos possíveis para uma aproximação qualitativa das relações interpessoais é o exame de fontes epistolares. As cartas revelam o capital relacional e seu uso, além de fazer circular informações de todo tipo, inclusive em tempos de guerra. Infelizmente no que se refere ao pai e ao avô de José não foram localizadas correspondências pessoais, tampouco foram identificadas trocas de mensagens envolvendo antepassados de Theotonia. Por outro lado, examinando a Coleção Alfredo Varela, o robusto acervo de cartas e documentos sobre a Guerra dos Farrapos publicado

---

<sup>5</sup> Fragoso, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Revista Topoi*, v. 11, n. 21, jul-dez, 2010, p. 75.

<sup>6</sup> Quanto aos registros de batismo, casamento e óbitos, foram acessados dados das seguintes localidades: 1) Colônia do Sacramento, reunidos nos dois volumes intitulados *Colônia do Sacramento. Batizados, Casamentos e Óbitos (1690-1777)*, organizado por Dalmiro da Motta Buys de Barros, 2) Rio Grande, Estreito e Povo Novo, reunidos no Arquivo Moacir Domingues, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), 3) Bagé, reunidos nos originais do livro *Famílias primeiras de Bagé*, de Carlos Rheingantz, que fazem parte do acervo do Museu Dom Diogo de Souza, de Bagé, 4) Piratini, reunidos no livro *Povoadores de Piratini: açorianos (casais d'El-Rei) militares, tropeiros, aventureiros e outros*, de Jayme Lucas d'Avila, 5) Santana de Parnaíba e Itu, reunidos nos volumes da *Genealogia paulistana*, de Silva Leme. A pesquisa recorreu ainda aos arquivos digitalizados disponíveis através do site FamilySearch.

nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), foi identificado um número expressivo de missivas envolvendo integrantes da família Netto. São correspondências de teor variado, referindo participação ativa na guerra, compra de campo e favores de ordem particular, o que contribui para o reconhecimento da dinâmica e da inserção social familiar<sup>7</sup>.

Considerando o levantamento de dados obtido com a pesquisa, especialmente no que diz respeito às formas de constituição de patrimônio adotadas pela ascendência de Antonio de Souza Netto, a estrutura do presente trabalho foi organizada em três partes. A primeira busca recuperar as origens do lado paterno da família de Antonio desde o deslocamento do casal Francisco de Souza Soares e Anna Marques de Souza para a Nova Colônia do Sacramento, assim como investigar as possíveis estratégias familiares de inserção social e econômica engendradas por seu filho Francisco de Souza Soares a partir de seu estabelecimento no Rio Grande. A segunda parte procura rastrear a família de Theotonia no interior paulista, assim como identificar o movimento dos avós maternos desde a origem em Santana de Parnaíba, passando por Vacaria e alcançando a região entre Canguçu e Piratini. Na terceira parte será examinado o percurso de José de Souza Netto e Theotonia Bueno da Fonseca através da região da campanha Sul-rio-grandense, objetivando resgatar o modo como foi constituído seu patrimônio e quais estratégias familiares de inserção social foram empregadas para a perpetuação ou ampliação de seu legado, tanto econômico, quanto simbólico. No fechamento do trabalho serão trazidos alguns aspectos acerca da geração seguinte, com o propósito de alavancar o prosseguimento deste estudo. Isso significa dizer que a geração de Antonio não é o centro do trabalho, é o ponto de chegada, que será por sua vez o ponto de partida do novo capítulo ambicionado por esta pesquisa.

---

<sup>7</sup> Sobre a Coleção Varela, foram consultados diversos volumes onde estão transcritas não só as correspondências trocadas entre Antonio de Souza Netto e diferentes figuras que participaram ativamente da Guerra dos Farrapos, mas também cartas envolvendo seu pai, José, e seus irmãos Rafael, Domingos, Florisbelo, Gervásio e José.

## 1. Porto – Colônia do Sacramento – Vila de São Pedro do Rio Grande: o ramo paterno

Em 31 de outubro de 1717, na igreja de Nossa Senhora do Monte Carmo da Antiga Sé, no Rio de Janeiro, enquanto aguardavam o navio para a Nova Colônia do Sacramento, contraíram matrimônio Francisco de Souza Soares, natural de Arcos, Braga, no norte de Portugal, nascido em 1687, e Anna Marques, natural de São Mamede, Valongo, Porto, no norte de Portugal, nascida em 1693<sup>8</sup>. O pai de Francisco ao que tudo indica permaneceu em Portugal, a mãe era falecida e não há notícias de irmãos. Já a numerosa família de Anna, formada por pai, mãe e oito filhos e filhas, veio toda para Colônia. Assim como Anna, duas de suas irmãs, Maria e Thereza, contraíram matrimônio antes do embarque para a Colônia do Sacramento, indicando o esforço de seus pais, Nicolau de Souza Fernando e Anna Marques, para encaminhar as filhas para o casamento de modo a criar novos casais<sup>9</sup>. A vinda de colonos oriundos da região mais ao norte de Portugal foi intensificada em 1716, quando a Colônia do Sacramento retornou ao domínio luso após mais de dez anos de ocupação espanhola. Com o intuito de povoar a região, a Coroa portuguesa estimulou a migração de famílias de Trás-os-Montes prometendo incentivos para casais já formados. Constituir novos núcleos familiares seria, portanto, vantajoso para a obtenção do auxílio anunciado pela Coroa<sup>10</sup>.

O grupo que desembarcou na Colônia do Sacramento em 10 de fevereiro de 1718<sup>11</sup> somava 246 pessoas e era composto por sessenta núcleos familiares. O de Nicolau de

---

<sup>8</sup> Rheingantz, Carlos Grandmasson. Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da Colônia de Sacramento. Anais do Simpósio Comemorativo do bicentenário da Restauração do Rio Grande. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro / Instituto de geografia e História Militar do Brasil, 1979, p. 460

<sup>9</sup> Junto com a família do casal Nicolau e Anna, seguiu o sobrinho Antônio de Souza Fernando, filho de José de Souza Fernando, irmão de Nicolau, e recém casado com Apolônia de Oliveira, com quem teve profícua descendência. *Ibidem*, p. 370

Sobre a descendência de Antônio de Souza Fernando, ver Cabreira, Israel Aquino. Do Valongo à Viamão: matrimônio, compadrio e outras estratégias de reprodução social no extremo sul da América portuguesa (século XVIII). In *História do Extremo Sul. A formação da fronteira meridional da América*. Kühn, Fábio e Neumann, Eduardo (org). 1. ed. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2022, p. 209-240. (formato e-book)

<sup>10</sup> Hameister, Martha Daisson. “Para dar calor à nova povoação”: estudos sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763).” Tese de doutorado. Pós-graduação em História Social, UFRJ, 2006, p. 69

<sup>11</sup> Em carta endereçada ao rei D. João V, datada de 26 de dezembro de 1719, o governador da Nova Colônia do Sacramento, Manuel Gomes Barbosa, refere duas listas de casais e famílias que responderam

Souza Fernando reunia sete membros: ele, sua mulher, Anna Marques, e os filhos Josefa, Romão, Manuel<sup>12</sup>, Maria Quitéria e Chrisanto. Os genros Francisco de Souza, casado com Anna, José de Azevedo Barbosa, casado com Maria, e Francisco de Azevedo Barbosa, casado com Thereza, compunham outros três núcleos de duas pessoas<sup>13</sup>. Francisco de Souza aparece em uma carta datada de 6 de janeiro de 1719, enviada pelo governador da Colônia do Sacramento, Manuel Gomes Barbosa, e ao rei D. João V<sup>14</sup>, na qual o governante presta contas da distribuição de animais e sementes entre colonos e militares e sobre a colheita de grãos. Francisco de Souza é referido como alferes e integra a lista de colonos que receberam animais ao lado do nome de seu sogro, Nicolau, de seu cunhado, Francisco, e do primo de sua mulher, Antônio.

O casal Francisco e Anna se estabeleceu na Colônia do Sacramento e lá teve seus cinco filhos<sup>15</sup>: Josefa, Ana, Francisco, Teresa e Joaquim. Josefa Marques nasceu em 1718 e faleceu em Rio Grande em 1796. Casou em 1738 com Custódio Francisco dos Santos, nascido em 1714 no Porto, em Portugal, e falecido na Colônia em 1775. Ana Souza Marques nasceu em 1723 e casou em 1741 com Francisco da Costa Santos, nascido em 1723 no Porto, em Portugal<sup>16</sup>. Francisco de Souza Soares nasceu em 1726, foi casado três vezes e faleceu em Rio Grande em 1792. Teresa Marques nasceu em 1729 e faleceu em Montevideu em 1809. Casou em 1743 com Domingos Alvares nascido em 1713 em

---

à convocação da Coroa. Uma das listas é datada de 10 de fevereiro de 1718, data apontada como a da chegada à Colônia do Sacramento. Nela são elencadas as pessoas embarcadas na cidade do Porto, agregando informações sobre falecimentos ocorridos durante o deslocamento e fugas efetuadas para Buenos Aires no momento do desembarque. A outra lista é datada de 3 de novembro de 1719 e traz uma relação das pessoas que se encontravam vivas dentre aquelas que haviam aportado no dia 10 de fevereiro do ano anterior. Lateralmente estão assinalados alguns casamentos ocorridos desde a chegada. As listas são organizadas em geral por núcleos de parentesco, com número variável de integrantes. Ver Projeto Resgate Barão do Rio Branco - BN Digital Brasil - AHU\_ACL\_CU\_012, cx. 1, D. 50

<sup>12</sup> Manuel Marques de Souza seguiu a carreira eclesiástica, desempenhando suas funções na Colônia de Sacramento e depois na Vila de São Pedro do Rio Grande. Conforme carta do governador da Colônia, Manuel Gomes Barbosa, datada de 11 de abril de 1720, o vigário exortava os fiéis a não pagarem os dízimos para a Coroa. Projeto Resgate Barão do Rio Branco - BN Digital Brasil – AHU\_ACL\_CU\_012, Cx. 1, D. 64.

<sup>13</sup> Monteiro, Jonathas da Costa Rêgo. *A Colônia do Sacramento 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937, vol. II, p. 69,70.

<sup>14</sup> Projeto Resgate Barão do Rio Branco - BN Digital Brasil - AHU\_ACL\_CU\_012, Cx. 1, D. 12.

<sup>15</sup> Embora não tenham sido localizados os registros de batismos dos filhos e filhas do casal, no registro dos netos e netas vem referida a naturalidade de seus pais.

<sup>16</sup> No registro de casamento de Ana Souza Marques e Francisco da Costa Santos, Francisco de Souza Soares é referido como alferes de ordenança. Ainda que não se trate de um alto cargo na hierarquia militar, o fato de Francisco ter ocupado este posto não pode ser desconsiderado. Cada companhia de ordenança vinha comandada por um capitão, sendo alferes de ordenança a categoria inferior imediata, seguida por um sargento, um meirinho, dez cabos e vinte e cinco homens. Barros, Dalmiro da Motta Buys. *Colônia do Sacramento. Batizados, Casamentos e Óbitos 1690-1777*. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2012, vol. I, p.129

Chaves, em Portugal, e falecido em Buenos Aires em 1768. Joaquim de Souza Soares nasceu em 1734, era tenente de Dragões, permaneceu solteiro, falecendo em Rio Grande em 1783.

Pelo menos sete netos e netas foram registrados na Colônia do Sacramento entre 1742 e 1761, quatro filhos de Josepha, um de Ana e dois de Theresa, além de um bisneto, nascido em 1760 e neto de Josepha. Os padrinhos e madrinhas das crianças foram escolhidos entre membros da família (dois), da comunidade (dois) e militares de postos variados (um sargento, um tenente e um capitão). Fecha a lista o patrão da falua d'El Rei. Dois dos filhos de Josepha casaram na Colônia do Sacramento nos anos de 1756 e 1763. Como se vê, boa parte da família permaneceu na Colônia do Sacramento pelo menos até a década de 1760<sup>17</sup>. O ramo de Thereza talvez tenha posteriormente se deslocado para Montevidéu, visto que ela faleceu naquela localidade. Outros tantos seguiram para Rio Grande, porém não há indícios sobre as datas destes deslocamentos. Terá sido logo após o sítio da Colônia do Sacramento, ocorrido entre 1735 e 1737, já que o presídio Jesus-Maria-José foi fundado justamente em 1737 e a transferência de povoadores da Colônia se verificou já no ano seguinte?<sup>18</sup> Ou terá sido mais adiante, no final da década de 1740, concomitante ao impulso da imigração de açorianos? Ou ainda por ocasião da assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, quando muitos povoadores da Colônia se dirigiram à Vila do Rio Grande de São Pedro em decorrência da entrega da praça para os espanhóis?

Anna Marques de Souza e Francisco de Sousa Soares faleceram em Colônia do Sacramento, ela em 1741 e ele em 1749. No registro de óbito de Anna ela é identificada como mulher do ajudante<sup>19</sup> Francisco de Souza Soares. Seu corpo foi amortalhado num hábito de São Francisco, acompanhado por quatro sacerdotes e pelas irmandades das Almas e do Espírito Santo, foram ministradas seis missas de corpo presente, seguidas pelo sepultamento na igreja matriz. No óbito de Francisco de Souza Soares consta que em seu testamento ele estabeleceu que fossem ministradas dez missas de corpo presente

---

<sup>17</sup> Da descendência de Nicolau de Souza Fernando e Anna Marques há informações de que um dos filhos de Maria Marques de Souza, o futuro Capitão-Mor Manuel de Azevedo Marques, foi escolhido como padrinho de crisma em janeiro de 1753. *Ibidem*, vol. 2, p. 295

<sup>18</sup> Queiroz, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1733*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, UFSC, 1985, p. 72.

<sup>19</sup> Em quadro indicativo sobre o efetivo da Vila de São Pedro do Rio Grande no final do século XVIII, o posto ajudante aparece imediatamente abaixo de capitão e de sargento-mor, e imediatamente acima de tenente e alferes. Camargo, Fernando. *Guardas militares ibéricas na fronteira platina*. In Possamai, Paulo. (org.) *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010, p. 74.

por sua alma e mais três em sua intenção, voltadas à Santa Ana, à Nossa Senhora do Rosário e à Nossa Senhora do Monte do Carmo, em cujo hábito foi amortalhado, sendo acompanhado por esta ordem, pelas confrarias do Espírito Santo e das Almas. Francisco ganhou sepultamento na igreja matriz. A mãe de Anna, falecida um ano após a filha, em 1742<sup>20</sup>, receberia mesma deferência. Em seu óbito está dito que “seu testamenteiro foi seu filho, o reverendo padre Manuel Marques, coadjutor desta matriz” e que “foi amortalhada num hábito de São Francisco e acompanhada pela venerável ordem terceira de São Francisco de que era irmã, e pela irmandade das Almas, seis sacerdotes e sepultada nesta matriz”<sup>21</sup>. Irmandades e ordens religiosas tiveram papel importante na vida da Colônia, não só em termos religiosos, também como “um meio imprescindível para o reconhecimento social do indivíduo no período colonial”<sup>22</sup>. Se considerarmos que “em termos de status social, era muito importante para os homens e mulheres da elite colonial pertencer a estas instituições” e que “a participação nas confrarias religiosas era um componente fundamental dessa estratégia de ascensão social”<sup>23</sup>, podemos inferir que a família ocupava uma posição de razoável prestígio naquela comunidade. O ajudante Francisco de Souza deixou ainda designado em seu testamento que, pagas suas dívidas e cumpridos seus legados, o herdeiro de sua terça seria o filho mais moço, o tenente de Dragões Joaquim. Os testamenteiros seriam seus genros Francisco Antônio e Custódio Francisco. Como se pode notar, o casal Francisco e Anna constituiu algum patrimônio<sup>24</sup>, mas o filho Francisco foi preterido na herança dos pais. Teria Francisco já deixado a Colônia do Sacramento e tentado a sorte na nova povoação que se formava em torno ao presídio Jesus-Maria-José? Teria o pai antes do falecimento o favorecido de alguma maneira? De todo modo, há que se considerar que se o filho não foi beneficiado materialmente por ocasião do falecimento do pai, o foi em termos simbólicos, já que em

---

<sup>20</sup> O óbito de Nicolau de Souza Fernando não aparece nos registros levantados por Dalmiro de Barros. O que se sabe com certeza é que entre 1725 e 1726 Nicolau e Anna Marques solicitaram à Coroa uma licença para retornar ao reino em função de uma herança recebida. Não é despropositado pensar que somente Nicolau tenha retornado à Portugal, mas a resposta, se houve, não foi localizada na documentação arquivada do Conselho Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_017-1, Cx. 24, D. 5493

<sup>21</sup> Barros, Op. Cit., vol. II, p. 109.

<sup>22</sup> Possamai, Paulo. *A vida quotidiana na Colônia de Sacramento (1715-1735). Um bastião português em terras do futuro Uruguai*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006, p. 314

<sup>23</sup> Kühn, Fábio. “Um corpo, ainda que particular”: irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. Revista *História Unisinos*, Vol. 14 Nº 2 - maio/agosto de 2010 2010, p. 122

<sup>24</sup> Na Carta topográfica da Nova Colônia e cidade do Sacramento no grande Rio da Prata, do Padre matemático Diogo Soares, de 1731, é referida a propriedade Chácara do Souza, localizada no setor chamado Casais do Sul. In Monteiro, Op. Cit., anexos. Sobre a estrutura da povoação entre 1718 e 1737, ver Possamai, Op. Cit., p. 255-257.

diferentes pontos de domínio português “o nome passa a ser, tanto quanto os bens materiais, um patrimônio familiar. O nome adquire uma função social para além da desinência de uma pessoa. O nome passa a ser um bem a ser legado e, às vezes, negado”<sup>25</sup>.

Voltando ao deslocamento de Francisco de Souza Soares, o que se sabe com boa margem de segurança é que o filho de Francisco e Anna estava no Estreito no início da década de 1760. Lá casou em 1763 com Anna Alexandra ou Anna Alexandrina Gonçalves Fernandes, nascida em 1741 na Ilha de São Jorge, nos Açores. A família de Anna deve ter vindo para o Rio Grande de São Pedro em torno de 1750, quando a imigração açoriana foi estimulada pela Coroa tendo em vista o povoamento da região das Missões<sup>26</sup>. Desde janeiro de 1748 os casais açorianos já vinham desembarcando no porto do Desterro em Santa Catarina, na Vila do Rio Grande de São Pedro, entretanto, eles só chegaram em número mais expressivo no início da década seguinte. Muitos seguiam para o interior (Santo Amaro, Rio Pardo e o porto do arraial de Viamão estavam sendo fortificados), caso provável da família Gonçalves Fernandes<sup>27</sup>. Anna Alexandra e mais dois ou três irmãos nasceram no arquipélago português entre 1738 e 1745, já os irmãos nascidos adiante, entre 1753 e 1763, foram registrados em Viamão, Rio Pardo e General Câmara, o que atesta o longo percurso enfrentado por sua família até seu estabelecimento definitivo. O casal Francisco e Anna Alexandra teve dois filhos, José e Manoel, ambos nascidos no Estreito. José de Souza Netto nasceu em 1764, casou com Theotonia Bueno da Fonseca em 1789, ambos falecidos em Bagé por volta de 1852. Manoel Marques de Souza nasceu em 1766, casou em 1789 com Maria Bueno, irmã de Theotonia, ela falecendo em Canguçu em 1831 e ele em Bagé em 1843. O batismo dos dois filhos de Francisco e Anna Alexandra foi oficiado pelo tio avô paterno, o Pe. Manuel Marques de Souza, que recebeu licença do vigário da paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Estreito para conduzir a cerimônia. Os padrinhos de José foram Manoel Marques de Souza e Josefa Marques, respectivamente um primo e uma irmã de seu pai. O mesmo Manuel Marques de Souza foi escolhido padrinho do segundo filho, Manuel, a quem foi legado seu mesmo nome e sobrenome.

---

<sup>25</sup> Hameister, Op. Cit., p. 115

<sup>26</sup> Sobre o primeiro edital publicado nas Ilhas dos Açores, em 31 de agosto de 1746, promovendo inscrições para os casais que estivessem interessados em se transferir para o sul do Brasil, ver *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1877, t. 40, I, p. 213.

<sup>27</sup> Conforme Queiroz, Op. Cit., p. 129-130.

O nome Manuel Marques de Souza se repete ao longo das gerações desde a chegada da família Souza Fernando à Nova Colônia do Sacramento. No período compreendido entre 1700 e 1830 foram localizados: Pe. Manuel Marques de Souza (ca. 1700), o irmão de Anna Marques; Manuel Marques de Souza (1743-1822), filho de Maria Quitéria, irmã de Anna Marques e do Pe Manuel (padrinho de José e Manuel, figura que alcançaria grande relevância militar, atingindo o posto de Marechal, e se tornaria proprietário de vasta extensão de terras em Canguçu); Manuel Marques de Souza (1780-1824), neto de Maria Quitéria (seguiu o caminho do pai, atuando nos embates na fronteira e alcançando o posto de brigadeiro); Manuel Marques de Souza (1804-1875), bisneto de Maria Quitéria (foi igualmente um militar destacado e foi agraciado com o título de Conde de Porto Alegre)<sup>28</sup>. O irmão de José, o alferes Manuel Marques de Souza, deu seu nome ao oitavo filho, o terceiro de seu segundo matrimônio.

Os homônimos são fruto de escolhas, da intenção de pais e filhos. Outros tipos de homônimos, dados entre tios e sobrinhos, avós e netos, padrinhos e afilhados, são variações do primeiro, em que parte do passado familiar pretende ser compartilhado. Em muitos casos, cabe ressaltar, a apropriação do nome de alguma figura de relevo na sociedade ocorria sem que houvesse qualquer tipo de parentesco, uma espécie de homenagem ou de desejo de absorver atributos do dono do primeiro do nome<sup>29</sup>. Sobre apropriação de nomes e sobrenomes, aliás, cabe mencionar o caso dos Netto. Não há como contornar o fato de que o sobrenome Netto se mantém como uma referência até nossos dias quando se trata da Guerra dos Farrapos. No entanto, pouco se sabe sobre seu surgimento. O sobrenome do avô paterno do general era Souza Soares, da avó Fernandes. Por que então a adoção de Netto? Sobrenome que até a Guerra dos Farrapos, aliás, vinha grafado somente com um “t”. Enquanto Manoel foi batizado como Marques de Souza (ou adotou adiante, já que nos registros usualmente só constava o primeiro nome e certamente este foi um caso mais de homenagem e salvaguarda do prestígio do padrinho do que propriamente de uso do sobrenome da avó), José surge com o sobrenome Souza Netto. A estória mais difundida é a de que o avô de José, o primeiro Francisco de Souza Soares,

---

<sup>28</sup> Segundo Seidl (p. 74), muitos dos descendentes de famílias estancieiras, cujos ancestrais desenvolveram um “nome de respeito” ligado a atividades bélicas e a um poder local com o passar do tempo foram se incorporando às instituições militares, passando a ocupar postos de destaque, o que reforçava uma tradição percebida como inscrita na própria natureza de membros de linhagens de “guerreiros”. Entre outros, Seidl dá como exemplo os Marques de Souza. Seidl, Ernesto. Famílias das armas: reprodução familiar e carreiras no Exército brasileiro (1850-1930). Artigo. *Repocs*, v.17, n.33, jan./jun. 2020.

<sup>29</sup> Hameister, Op. Cit., p.106, 107

gostava muito de carreiras de cavalos e estimulava o neto a montar seus animais. E torcia muito por ele o chamando efusivamente de neto. Assim José teria incorporado a alcunha ao seu nome. Esta versão aparece em pelo menos dois livros, *História de Bagé*, de Eurico J. Salis, e *Memórias do General Zeca Netto*. Enquanto no primeiro Francisco de Souza Soares é referido como açoriano e habitante do Estreito<sup>30</sup>, o que este trabalho mostra ser totalmente equivocado, na nota biográfica do segundo, escrita por Ruy Castro Netto, as carreiras das quais José costumava participar com avô se davam na Colônia do Sacramento<sup>31</sup>. Neste caso, José teria que ter vivido lá em algum período de sua juventude, o que não é necessariamente impossível, mas é pouco provável. O que efetivamente refuta essa versão, entretanto, é o fato de que o avô de José faleceu em 1749, quinze anos antes do nascimento do neto. Em vista disso, a origem do sobrenome segue ignorada.

Anna Alexandra não deve ter resistido ao terceiro parto, ocorrido em 1768, já que no registro de batismo da filha Joaquina consta como já falecida. A menina não deve ter atingido a idade adulta, visto que não é citada no inventário do pai. Francisco casou novamente em 1772 com Rita Maria da Ressurreição, nascida em 1732, em Santos, São Paulo<sup>32</sup>, com quem teve mais dois filhos, Felipe e Feliciano. Felipe de Souza Marques nasceu no Estreito em 1773 e faleceu em Rio Grande em 1795, Feliciano de Souza Marques nasceu no Estreito em 1774. O batismo de um terceiro filho, Joaquim Sousa Soares, foi registrado pelo casal, mas assim como a menina Joaquina deve ter falecido criança ou jovem, pois não aparece citado no inventário do pai. Viúvo pela terceira vez, de seu casamento com Maria Felícia Oliveira, nascida em 1728 na Colônia do Sacramento, não deixou herdeiros. Francisco morreu em 1792 de “desastre”, não deixando testamento, sendo a viúva, Maria Felícia, sua inventariante.

O inventário de Francisco é rico em detalhes e dá um panorama da situação familiar. Artigos de uso pessoal do falecido integram a lista de bens, como um estojo de navalhas, um fraque, uma casaca, uma sobrecasaca e uma calça. Seguidos por outros objetos do casal, como um cobertor, uma toalha de mesa, uma toalha de mãos, duas toalhas maiores e dois lençóis. Completam o conjunto um baú e um surpreendente fagote.

---

<sup>30</sup> Salis, Eurico Jacinto. *História de Bagé*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1955, p. 44

<sup>31</sup> Netto, José Antônio. *Memórias do General Zeca Netto. Episódios das Revoluções de 1893 e 1923*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003, p. 12-13.

<sup>32</sup> Rita Maria da Ressurreição veio de Laguna em 1738 junto com os pais, Manuel da Silva Vargas, natural do Bispado de Lamego, Portugal, e Páscoa Maria do Espírito Santo (ou da Ressurreição), natural da ilha do Faial, Açores. Queiroz, Op. Cit., p. 84

A descrição de utensílios de casa é pormenorizada e traz itens como: uma bomba de prata, um ferro de engomar, três pratos de estanho, um caldeirão de ferro, dois tachos de cobre, duas chocolateiras, uma talha, duas gamelas, dois tarros, uma pedra de amolar, duas peneiras, um castiçal, um espelho, uma caixa com fechadura, um barril, uma mesa com duas gavetas, uma mesa pequena, seis mochos, dois mochos de palha, oito pratos de louça, uma caneca, um copo de vidro. São elencados dois carros, duas rodas de carreta, dez tábuas, crivos, um martelo, uma serra, dois machados, uma tesoura, sete foices, quatro enxadas e grilhões. Os escravizados somam oito indivíduos, quatro homens (com quatorze, trinta e quatro, trinta e cinco e quarenta anos) e quatro mulheres (com dezessete, vinte e dois, sessenta, e uma menina de sete). Na descrição dos bens de raiz consta: uma légua de campo no Sarandi, sendo que parte teria sido comprada dos herdeiros do Pe. Manuel Marques de Souza<sup>33</sup>, uma casa de palha, cercas e currais, cinco portas, duas janelas e a armação de uma casa na Vila do Rio Grande. O rol aponta ainda sessenta e cinco alqueires de trigo colhido e livre de dízimos. O inventariado deixa quinhentas e vinte e sete reses mansas, vinte e dois bois mansos, trinta e dois cavalos mansos, trinta e oito potros e trinta e nove éguas chucas<sup>34</sup>.

O processo de inventário sofreu questionamentos e, em consequência disso, sobrepartilha. Os herdeiros do segundo matrimônio, Felipe e Feliciano, receberam por fim um valor bem acima dos irmãos do primeiro matrimônio, José e Manuel, e da viúva, Maria Felícia, devido à alegação de que o montante dos bens inventariados, avaliados em 2 contos 290 mil reis<sup>35</sup>, foi constituído primordialmente durante o casamento com Ritta Maria da Ressurreição. Felipe e Feliciano receberam a metade do valor do espólio, a outra metade foi dividida em duas partes iguais, uma tocou à viúva e a outra foi dividida em partes iguais entre os quatro herdeiros. É preciso dizer que os 2 contos 290 mil reis sofreram uma baixa de 231 mil reis em razão de dívidas contraídas pelo falecido Francisco de Souza Soares. Uma das cobranças partiu de Josefa Marques, irmã de

---

<sup>33</sup> O Pe. Manuel Marques de Souza deixou dois filhos naturais.

<sup>34</sup> Conforme Osório (p.151), entre 1765 e 1825 o setor mais pobre dos produtores rurais na fronteira sul detinha em média até 100 cabeças de gado vacum e 3,3 escravizados, o setor mais rico detinha mais de 1000 cabeças de gado vacum e em média 21,8 escravizados. Francisco se encaixa no setor mediano, que detinha de 101 a 1000 cabeças de gado vacum e em média 7,2 escravizados. Osório, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS Ed., 2007.

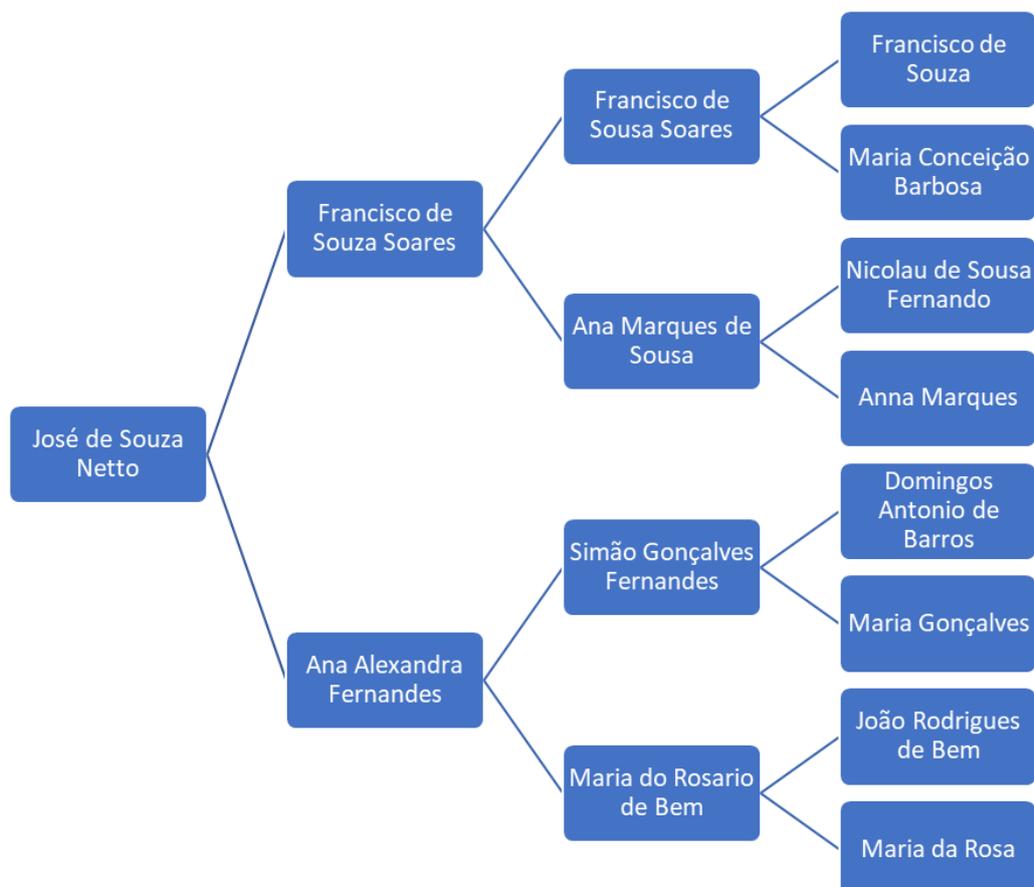
<sup>35</sup> Mattoso (p. 602-604), ao formular tipologia de fortunas na Bahia entre 1801 e 1890 (tipologia que, segundo a autora, se estenderia ao resto da colônia e, mais adiante, do império), sugere que no período apontado fortunas médias vão de 2 contos e 100 mil réis até 10 contos de réis. Mattoso, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: ED. Nova Fronteira, 1992.

Francisco, que reclamou sua parte no campo do Sarandi, avaliada em 44 mil reis, da qual teria direito por herança. Mas de quem seria a herança? Do tio, o Pe. Manuel Marques de Souza?

Os débitos de menor valor saldados no correr do inventário trazem informações de uma riqueza extraordinária. São dados que dão subsídios para se estime a dinâmica da família e suas relações com a comunidade local. A compra de tecidos (de variada constituição e, certamente, destinados para fins diversos), de linhas, botões, fitas, meias, lenços e outros itens de armarinho e empório vinha sendo paga com trigo, manteiga, novilhos, frangos e couros. As compras no armazém de secos e molhados, que incluem itens como algodão, açúcar, farinha, arroz, estopa para vestimenta de escravizados, vinha sendo paga com queijo, couro e porcos. Em outros estabelecimentos e para outros artífices os pagamentos foram em dinheiro. Neste caso temos recibos de um alfaiate (com pormenores dos trajes e dos aviamentos e tecidos empregados), de um sapateiro, de um boticário e de irmandades (com comprovantes relativos às missas e aos enterros da família).

Feita a partilha, José e Manuel herdaram 138 mil reis cada um. Enquanto José recebeu um escravo, trinta reses, três cavalos, quatro alqueires de trigo, um objeto de prata e a sobrecasaca, Manuel recebeu um oitavo de légua na estância do Sarandi, três cavalos, cinco éguas, dois potros, dois bois mansos, quatro alqueires de trigo, uma caixa de madeira, duas toalhas, um martelo, uma serra e sessenta e quatro reses. Embora o volume de bens arrolado dê a impressão de que Manuel tenha sido beneficiado, em termos monetários houve total equilíbrio. Isso porque o valor do escravizado designado a José no espólio alcançava a cifra de 89 mil e 600 reis. Há uma justificativa para que tal divisão de bens tenha sido executada: José peticionou no inventário que a ele fossem destinados apenas bens móveis, não de raiz, já que se encontrava estabelecido em local distante e receber um pedaço pequeno de terra junto à Vila do Rio Grande não seria nada conveniente. E onde estava José nesta altura? Qual sua situação, em que condições se encontrava? Beirando os trinta anos, José estava casado com Theotonia Bueno da Fonseca há cerca de três anos e já tinha pelo menos três filhos: Joaquina Teresa, Rafael e José. O casal estava estabelecido entre Canguçu e Piratini, região para onde a família de Theotonia havia se deslocado, vindo de Vacaria.

Figura 1 – O ramo paterno



## 2. Santana de Parnaíba – Vacaria dos Pinhais – Piratini: o ramo materno

As origens familiares de Theotonia Bueno da Fonseca, tanto pelo lado paterno quanto pelo materno, remontam aos primeiros ibéricos que se estabeleceram na região de Santana de Parnaíba, na capitania de São Vicente, ainda no século XVI. Em 1627, Amador Bueno da Ribeira (1591-1649)<sup>36</sup> pediu duas léguas de terras para acomodar sua grande família. Seu plano não previa o seu estabelecimento na nova concessão, mas a de seus descendentes. Amador já possuía uma das maiores unidades agrícolas da capitania, localizada em Mandaqui, onde com o trabalho de cativos trazidos de Guairá cultivava trigo, algodão, milho e feijão. De seus nove filhos, sete se estabeleceram no local. A ocupação maciça da região se deu a partir da década de 1760, quando filhos e genros de Amador integraram grandes expedições de aprisionamento indígena, o que os transformou em grandes proprietários de terras e cativos já na década seguinte<sup>37</sup>.

As estratégias de reprodução da riqueza na esfera rural das gerações que antecederam Theotonia foram bem-sucedidas. O Capitão-mor Francisco Bueno Luís da Fonseca (1666-1752), neto de Amador e bisavô paterno de Theotonia, casou com Maria Jorge Velho (1672-1743), cujos pais são fruto de aliança entre as famílias Velho e Paes Leme, dois ramos concretamente estabelecidos. Francisco deixou a região de Santana de Parnaíba e em 1737 requereu uma sesmaria na região aurífera mineira em conjunto com quatro de seus filhos: Francisco, Salvador, Pascoal e Diogo<sup>38</sup>. Quando faleceu com mais de oitenta anos, em 1752, foi sepultado na Capela do Rosário da Cachoeira do Rio Grande, da qual era administrador. Os filhos Diogo, Manoel e Pascoal, mais a filha Isabel, moravam nas imediações da Capela. A filha Margarida da Silva Bueno, que em 1707

---

<sup>36</sup> O pai de Amador, Bartholomeu Bueno da Ribeira, chegou na região em 1571, vindo de Sevilha com o pai, Francisco Ramires de Pórrros. Silva Leme, Luiz Gonzaga da. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1904, vol. I, p. 418.

<sup>37</sup> Monteiro, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 191-197

<sup>38</sup> “Ao Capitão Pedro da Silva de Miranda e outros: Martinho de Mendonça de Pina e Proença, etc. Faça saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que tendo respeito a me representar o Capitão de Cavalos Pedro da Silva de Miranda, Francisco Bueno da Fonseca, Salvador Jorge Bueno, Pascoal Leite Paes, Diogo Bueno e Manoel Francisco Xavier Bueno, que eles suplicantes se achavam com grande numero de escravos sem terras nem matos em que os pudessem ocupar... e porque tinham posses e feitorias há mais de 7 anos no Funil do Rio Grande correndo Rio Abaixo ate onde atocinha um morro no mesmo rio e neste em pouca distancia faz barra o ribeirão das faisqueiras que serão três léguas de comprido desde o referido funil ate a barra do ribeirão e de testada ate o campo que será uma légua e meia.... Dada em Vila Rica a 15 de janeiro de 1737”. Disponível em: <http://www.projetocompartilhar.org/Familia/BuenodaFonsecaemLavras.htm>

casara em Itu com o capitão João Bicudo de Brito, vivia com o marido em Santana de Parnaíba.

O outro bisavô paterno, Francisco Bicudo de Brito (1652-1739), é fruto do casamento de João Bicudo de Brito (1613-1676) e Ana Ribeiro de Alvarenga (1611-1686). Os pais de Ana, Francisco de Alvarenga (1587-1675) e Luzia Leme (1590-1653), casaram quatro de suas filhas com quatro irmãos Bicudo de Brito, o que proporcionou a essas famílias o controle da região. Os primeiros integrantes da família Bicudo, Antonio e Vicente, vieram da ilha de São Miguel no início do povoamento da capitania de São Vicente. Em 1610, os irmãos requereram terras alegando estarem há muitos anos estabelecidos na região com suas famílias e prestando serviços à Coroa de defesa contra os “bárbaros gentios”. Antonio é o quinto avô de Theotonia, ele foi da governança da terra, ocupando cargo de ouvidor da comarca e capitania. Seu filho mais velho, também Antonio e quarto avô de Theotonia, sucedeu o pai na administração da propriedade, realizando expedições de apresamento de indígenas, os quais empregou na fazenda e nas minas de ouro que explorava na serra do Jaraguá. Seu filho, João Bicudo de Brito, casaria com Ana Ribeiro Alvarenga, no referido arranjo matrimonial acertado entre as duas famílias<sup>39</sup>.

Os dotes regiam essas alianças e serviam aos interesses de consolidar ou manter a hegemonia de uma família ou parentela. Naquele universo, os dotes incluíam além dos enxovais, propriedades rurais, sobretudo terras virgens, e cativos indígenas. Por vezes gado e créditos comerciais. Terras e mão-de-obra eram fundamentais para assegurar novas unidades de produção, bons casamentos e possibilidade de expedições de apresamento se constituía, portanto, um arranjo perfeito. Para se ter uma ideia do caráter do dote para a perpetuação ou ampliação da riqueza, os residentes mais ricos da região de Santana de Parnaíba na segunda metade do século XVII eram genros de Amador Bueno, o moço (1611-1683), e de seu pai, Amador Bueno da Ribeira, ou seja, os maridos das filhas detinham maior patrimônio que os filhos homens na família Bueno<sup>40</sup>.

Em meados do século XVI, três irmãos da família Arruda Botelho chegaram à capitania vindos da ilha de São Miguel, arquipélago dos Açores: Francisco de Arruda e Sá (1630-1684), André de Sampaio e Arruda (1639-1719) e Sebastião de Arruda Botelho

---

<sup>39</sup> Silva Leme, Op. Cit., vol. VI, p. 297.

<sup>40</sup> Monteiro, Op. Cit., p. 197, 198

(1634-1721). O primeiro deles está na origem do ramo materno de Theotonia. Por volta de 1651, Francisco casou em São Paulo com Maria Quadros (1637-1710), que pelo lado materno descendia da família Bicudo. O casal teve nove filhos, entre estes o capitão Manoel do Rego Cabral (1673-1734), assim batizado certamente em homenagem a um tio-avô. O capitão Manoel do Rego Cabral ocupou por diversas vezes o cargo de juiz ordinário na vila de Santana de Parnaíba. Casou em 1692 com Ângela de Siqueira (1676-1758), com quem deixou extensa descendência. A filha Maria Araújo (1692-1756), que leva o nome da avó materna e é a oitava da prole, casou com José de Almeida Naves (1675-1737). O casal era proprietário de grande extensão de terras com engenho de açúcar. José de Almeida Naves, por sua vez, era filho de João de Almeida Naves (1624-1715), homem influente na sua comunidade, tendo sido Procurador do Conselho e participado ativamente da vida política e econômica de Parnaíba. A sétima dos oito filhos do casal é Gertrudes de Siqueira (1722-1755), casada com Luiz Antonio da Rocha, nascido em 1729 em Braga, Portugal, com quem teve uma única filha, Ignacia Antonia da Rocha, mãe de Theotonia<sup>41</sup>. Nascida em 1742 em Itu, Ignacia Antonia casou com seu primo Salvador Bueno da Fonseca, nascido em Santana do Parnaíba em 1734. Salvador era filho do capitão João Bicudo de Brito, nascido em Itu em 1680, e de Margarida da Silva Bueno, nascida igualmente em Itu em 1688.

Sobre os motivos que levaram ao deslocamento do casal Salvador e Ignacia Antonia de Santana de Parnaíba rumo ao sul da colônia não há dados concretos. Uma das estratégias de reprodução social da elite colonial era a limitação da divisão dos bens de família na herança, em especial terras e escravizados. Desde o início da colonização muitos filhos foram impelidos a explorar as fontes de riqueza disponíveis no interior, através de expedições financiadas por seus pais ou integrando caravanas custeadas por indivíduos, muitas vezes mestiços, que começavam a acumular riqueza por meio de negócios de grande amplitude espacial<sup>42</sup>. Se na geração de Salvador o apresamento indígena não era mais uma atividade viável, já o comércio ligado às minas de ouro e a busca de terras para a criação de gado se tornaram meios de constituir ou reforçar

---

<sup>41</sup> Silva Leme, Op. Cit., vol. IV, p. 4-65

<sup>42</sup> É o caso de Guilherme Pompeu de Almeida, casado com uma mestiça pobre, vivia com o sogro indianizado, comprou uma mina de ferro abandonada, montou uma oficina e passou a fornecer ferro para os parentes da mulher que circulavam pelo sertão. Ficou rico depressa e passou a investir em diferentes frentes, participando até da construção da Colônia do Sacramento. Acabou sendo distinguido como capitão mor. O filho, padre, seguiu os passos do pai. Caldeira, Jorge. *A História da Riqueza no Brasil. Cinco séculos de pessoas, costumes e governos*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017, p. 123-125. [formato ePub]

patrimônio. Enquanto os filhos iam para o sertão, as famílias buscavam bons casamentos para as filhas através de dotes atraentes, duas estratégias básicas para a manutenção da posição social das famílias da elite de Parnaíba<sup>43</sup>. Salvador era o terceiro filho, então é bem possível que tenha sido de fato estimulado a buscar terras no Sul para criação gado. Seus dois irmãos, Pedro e João, permaneceram em Santana de Parnaíba, lá casando com duas irmãs Paes. Pedro Dias Bicudo (1708-1790) casou em 1728 com Gertrudes Paes (1712-1734) e João Bicudo de Campos (1710-1773) casou em 1732 com Josefa Paes de Campos, nascida em 1716. Ignacia Bueno de Brito, irmã de Salvador, Pedro e João, permaneceu em Santana de Parnaíba, lá casando em 1745 com o sargento-mor João Leite Correa Penteado (1700-1756)<sup>44</sup>.

Há que se considerar ainda que Salvador seguiu a carreira militar, o que também pode ter motivado seu deslocamento. Na lista da Companhia da Cavalaria Auxiliar do Distrito de Vacaria, primeiro efetivo organizado naquela localidade, datada de 14 de junho de 1778, Salvador Bueno da Fonseca vem arrolado como tenente<sup>45</sup>. A Companhia contava com um capitão, dois tenentes, um furriel, quatro cabos e quarenta e sete soldados. Salvador ocupava, portanto, uma posição de relativo destaque. Na lista vinha descrito como natural de São Paulo e que de idade contaria com cinquenta e quatro anos, o que está incorreto, pois seu nascimento se deu em 1734, o que significa que Salvador teria quarenta e quatro anos na ocasião. A primeira filha nasceu em Vacaria em 1770, quando o casal já constava como proprietário de grande extensão de terras. Salvador estava então com trinta e seis anos e Ignacia Antonia com vinte e oito, idade relativamente tardia para dar início à formação do novo núcleo familiar, mas sem dúvida suficiente para já ter constituído um bom patrimônio. Se o impulso inicial foi significativo, através de dote ou herança, não está claro. O que se sabe com segurança é que em 1785 Salvador e Ignacia Antonia venderam sua grande estância localizada na região de Vacaria dos Pinhais à Inacio Vitorino de Oliveira e se dirigiram com dez filhos para o sul do Rio Grande de São Pedro<sup>46</sup>, onde obtiveram terras nas cercanias de Canguçu. Qual terá sido

---

<sup>43</sup> Metcalf, Alida. A família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba, 1750-1850. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol.20, nº 2, p. 283-304, maio-agosto, 1990, p. 289, 290.

<sup>44</sup> Na *Genealogia paulistana* aparece somente Ignacia como filha do casal João Bicudo de Brito e Margarida da Silva Bueno. No FamilySearch são oito os filhos e filhas, possivelmente só os quatro citados atingindo a idade adulta.

<sup>45</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, ano XXIII, II trimestre de 1944, nº 94, p. 194

<sup>46</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, ano XXIII, II trimestre de 1944, nº 94, p. 198

o motivo do deslocamento? Seriam os repetidos conflitos entre povoadores e indígenas, ainda mais frequentes naqueles anos?

No mesmo ano de 1785 o casal teve mais uma filha e em 1794 outra faleceu. De qualquer modo atingiram a idade adulta: dois filhos e oito filhas. Manoela Maria Bueno, a primogênita, casou em Rio Grande em 1789 com Domingos da Boa Nova, nascido em Canguçu em 1756. Ana Brígida Bueno da Fonseca nasceu em 1774, casou em Rio Grande em 1795 em primeiras núpcias com Francisco da Roza (ou Costa) Martins, nascido em 1765, e em 1818, em Piratini, casou em segundas núpcias com Domingos José de Oliveira. Antonio Bueno da Fonseca nasceu em 1775 e casou com Luciana Maria, nascida em Rio Grande em 1781. Luis Antonio Bueno da Fonseca nasceu em 1776 e casou com Emerenciana Soares, nascida em Almocharife, Açores, em 1774. Joaquina Bueno da Fonseca nasceu em 1780 e casou com Francisco Rodrigues de Carvalho, nascido em Rio Grande em 1782. Maurícia Antonia Bueno da Fonseca nasceu em 1781 e casou em Rio Grande em 1795 com José Madruga de Bittencourt, nascido em Rio Grande. Matilde Fonseca nasceu em 1785 e casou em Rio Grande em 1799 com Joaquim Carlos Bragança. Mariana Buena de Araujo Rocha casou em Piratini em 1805 com João Baptista da Assumpção Veiga. As duas filhas restantes casaram em Rio Grande em 1789, com diferença de um mês. Maria Bueno da Fonseca casou em 16 de junho com Manuel Marques de Souza, o irmão de José de Souza Netto, marido de Theotonia Bueno da Fonseca, cujo casamento se deu em 19 de julho.

O único padrinho de batismo localizado dentre aqueles escolhidos pelo casal Salvador e Ignacia Antonia foi o da filha Matilde, nascida após a vinda da família para o extremo sul da capitania. Em 20 de outubro de 1785 a menina foi levada à pia batismal tendo Raphael Pinto Bandeira como padrinho<sup>47</sup>, o que não é pouca coisa. Por impossibilidade de comparecer, o padrinho foi representado pelo capitão-mor de Ordenanças Manuel Bento da Rocha e por sua mulher, Isabel Francisca da Silveira, o que continua sendo significativo. A cerimônia foi realizada no oratório construído na estância do próprio capitão-mor, figura de projeção no âmbito da governança pública, cujo

---

<sup>47</sup> “A família Pinto Bandeira constituiu-se em um importante grupo de poder na capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul durante o século XVIII. Originária de Laguna, teve entre seus membros militares de carreira, estancieiros e, mais tarde, um governador da capitania, Rafael Pinto Bandeira” que “entre seus 11 e 13 anos já havia apadrinhado 6 crianças, formando vínculos com 9 ‘compadres’ e ‘comadres’, sendo 8 destes externos à família.” Aquino, Israel Silva; KÜHN, Fábio. Redes, hierarquia e interdependência social nas relações de compadrio do século XVIII (Viamão, 1747-1769). *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 56-78, jul./dez. 2018, p. 65-67.

prestígio e poder sustentava uma extensa rede de relações que favorecia seus interesses econômicos e assegurava seu cabedal social<sup>48</sup>.

Conforme carta de datas de 6 de julho de 1789, parte das terras de Salvador Bueno foi destinada à instalação de dezenove casais açorianos. A área vinha identificada como limítrofe com as terras de Ubaldo Pinto Bandeira, irmão de Rafael. Consta que na ocasião da demarcação, Salvador já havia falecido, o que significa dizer que a terra foi demarcada após 1792<sup>49</sup>. Corroborando com esta informação, em 1911, no quarto número da *Revista do Primeiro Centenário de Pelotas*, o escritor e jornalista Simões Lopes Neto publicou um longo artigo trazendo notícias variadas sobre o município de Canguçu. Quando se refere às origens da cidade, cujo nascedouro seriam as sesmarias de Manuel Marques de Souza (o padrinho dos irmãos José e Manuel), o pelotense diz que parte dos campos de Salvador Bueno, situados entre o arroio das Pedras e o arroio do Inverno, foi dada a casais açorianos em datas de terras de setecentos e cinquenta braças<sup>50</sup>. Adiante Lopes Neto ainda vai citar a “família paulista de dona Joaquina Bueno, cujos membros obtiveram terras na Serra dos Tapes e se fixaram” após deixarem Vacaria em consequência de violento assalto dos bugres<sup>51</sup>. À sua maneira, sem muito rigor, Simões Lopes Neto era um curioso pesquisador da história do Rio Grande do Sul. Ainda que no início da coluna ele advirta que não há muita documentação sobre as origens de Canguçu, a informação sobre a concessão das datas de terras confere, assim como as notícias sobre conflitos com indígenas que viviam nos Campos de Cima da Serra.

No século XVIII os sistemas que prevaleciam eram o de sesmarias para as largas extensões de campo e o de datas para extensões menores, de no máximo 272 hectares<sup>52</sup>,

---

<sup>48</sup> Manuel foi eleito para a Câmara de Porto Alegre, a única da Capitania do Rio Grande de São Pedro, em mais de uma ocasião. Ocupou o cargo de capitão de Ordenanças e por fim de capitão mor. As quatro irmãs de sua mulher, Isabel, eram casadas com homens da governança do Continente, assim como também ocupavam postos de destaque os irmãos de Isabel. Comissoli, Adriano. A formação de “bandos” como instrumento de oligarquização da Câmara do Continente do Rio Grande de São Pedro (1767-1808). ANPUH – Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005, p. 3.

<sup>49</sup> D’Avila, Jayme Lucas. *Povoadores de Piratini: açorianos (casais d’El-Rei) militares, tropeiros, aventureiros e outros*. Porto Alegre: EST Edições, 2007, p. 270.

<sup>50</sup> *Revista do Primeiro Centenário de Pelotas*, 1911, número 4. In *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*, vol. 1, org. Luís Rubira, Santa Maria/RS: PRÓ-CULTURA RS / Gráfica e Editora Pallotti, 2012, p. 159.

<sup>51</sup> *Revista do Primeiro Centenário de Pelotas*, 1911, número 4. In *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*, vol. 1, org. Luís Rubira, Santa Maria/RS: PRÓ-CULTURA RS / Gráfica e Editora Pallotti, 2012, p. 165.

<sup>52</sup> Osório, Helen. *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese de doutorado. Pós-Graduação em História, UFF, 1999, capítulo 5, p. 156.

direcionadas sobretudo aos imigrantes açorianos<sup>53</sup>. O sistema de sesmarias foi uma realidade muito dinâmica, que funcionou de forma diversa conforme cada contexto geográfico e de acordo com o passar do tempo. Dois elementos essenciais neste sistema foram o dever de cultivo e a possibilidade de devolução da terra à Coroa. O não cumprimento das prerrogativas permitia o apossamento e novo pedido à Coroa de reconhecimento da sesmaria por meio da Carta de concessão. No sistema de datas de terra o dever de cultivo se tornava dever de edificação. As datas poderiam ser concedidas tanto por uma autoridade quanto pelo dono da sesmaria<sup>54</sup>. Não fica claro se Salvador e Ignacia Antonia somente cederam as terras ou se houve algum tipo de compensação. O termo desapropriação não era ainda utilizado, o direito à indenização não era legalmente garantido, e mesmo a ideia de propriedade não se assentava em uma regulação jurídica positiva<sup>55</sup>.

O fato de ter havido essa transferência de terras parece não ter significado uma mudança no modo de vida ou mesmo perda substancial do patrimônio familiar. Em 1806, o genro José de Souza Netto pleiteia a concessão definitiva das terras onde estava estabelecido de favor há mais de dez anos, com seus animais, terras que sobraram da sesmaria dos falecidos sogros e que não estavam sendo exploradas pelos herdeiros. O processo foi finalizado em 1816, de forma favorável ao postulante<sup>56</sup>. Em 1817, o tenente Antonio Bueno é citado como proprietário de terras adjacentes em carta de concessão de sesmarias em Arroio Grande. Seriam as terras referidas no processo de medição judicial peticionado por José e na carta de sesmarias em Arroio Grande parte de uma mesma estância? Dificilmente, pois a distância entre elas parece ser muito grande. Salvador teria mais de uma estância, em localidades diferentes? Não era incomum, mas não há dados suficientes que confirmem. O casal deixou patrimônio em terras, isso é certo, e aparentemente se tratava de extensão suficiente para o estabelecimento dos herdeiros. Ou pelo menos parte deles.

---

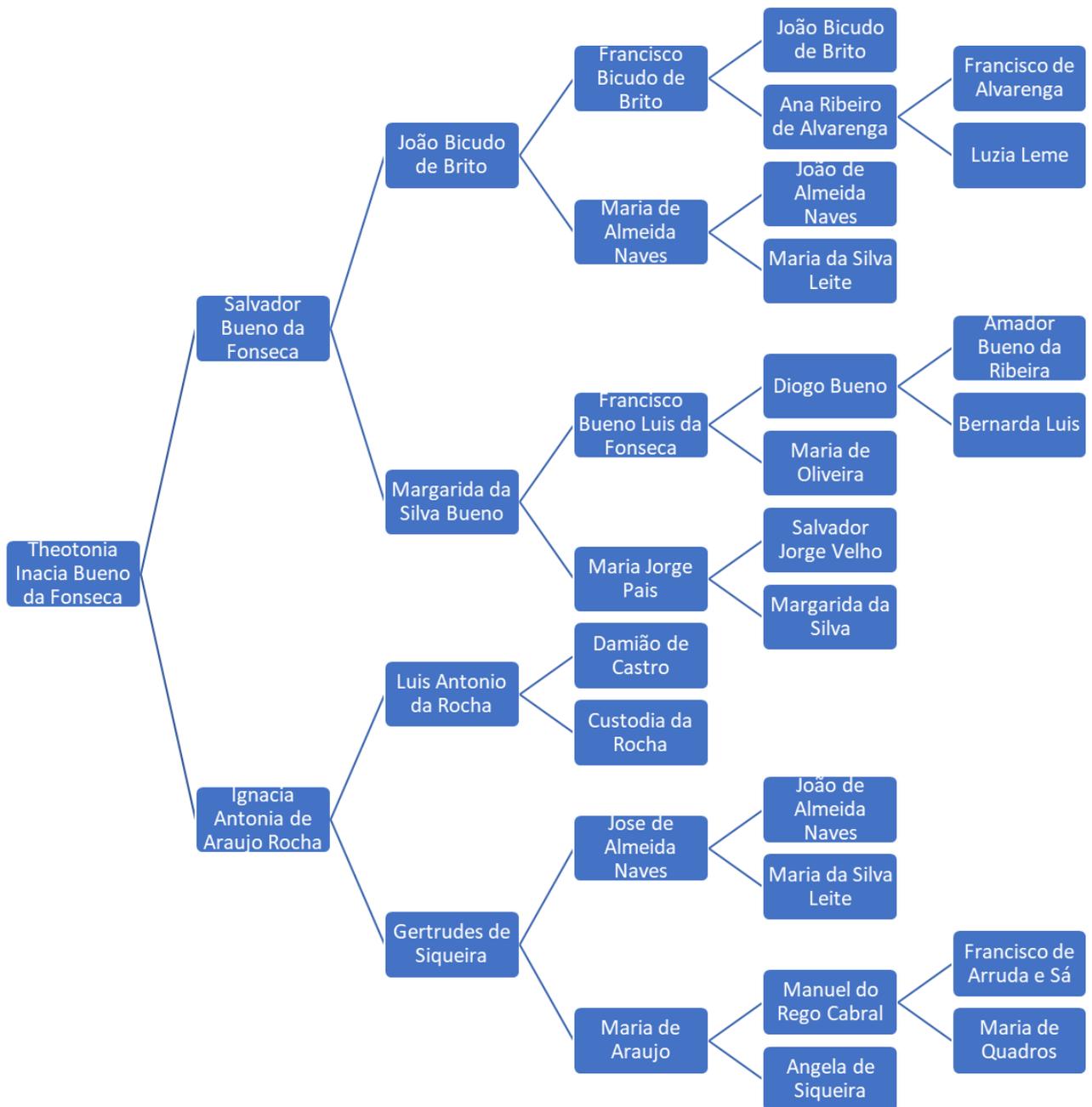
<sup>53</sup> Osório, Helen. Apropriação da terra na fronteira meridional da América portuguesa: direitos e formas de acesso. Trabalho completo publicado em evento. XIV Congreso Internacional de Historia agraria (Badajoz, 7-9 de noviembre de 2013). Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/158285>

<sup>54</sup> Farina, Marcelo Pezzolo. Entre revolução e escravidão: a história do conceito jurídico de desapropriação no século XIX. *Revista Direito em Debate*, Editora Unijuí, Ano 33, N. 62, 2024, p. 7-9

<sup>55</sup> Farina, Op. Cit., p. 6.

<sup>56</sup> Medição judicial de terras, processo 527, Vila de Pelotas, Comarca de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS

Figura 2 – O ramo materno



### 3. José de Souza Netto e Theotonia Bueno da Fonseca: os pais do general

Quando em 1793 herdou do pai um escravizado, trinta reses, três cavalos, quatro alqueires de trigo, um objeto de prata e uma sobrecasaca, cujo montante correspondia à 138 mil réis, José provavelmente já estava ocupando de favor as terras do sogro. Na petição inclusa no processo judicial de medição do campo José se diz morador da Capela de Piratini e se apresenta como soldado da Cavalaria Auxiliar na companhia comandada pelo capitão Antonio da Costa. Afirma também estar há vinte e cinco anos empregado no Real Serviço, tendo lutado em todas as guerras havidas desde então com prontidão e valor. A declaração é referendada pelo capitão, que confirma ainda que José nunca teve campos ou terrenos em seu nome, o que o deixava apto para receber a concessão das sobras da sesmaria. O campo concedido se trata, portanto, da primeira propriedade dos Netto e o ponto de partida da construção do patrimônio.

Não foram localizados dados precisos sobre aquisição de terras por parte do casal José e Theotonia nas décadas seguintes, a primeira notícia pontual diz respeito ao ano de 1839, durante a Guerra dos Farrapos. Em ofício datado de 7 de maio daquele ano e endereçado ao Inspetor Geral interino do Tesouro, Manuel Martins da Silva Lemos, o vice-presidente e ministro da Fazenda, Domingos José de Almeida, orienta que seja efetivada a escrituração dos campos comprados por José de Souza Netto, cujos recibos seguiam anexados ao ofício e pelos quais o proprietário anterior, Bernardino José de Oliveira, havia recebido pagamento em couros e gados<sup>57</sup>. A localização das terras não é mencionada. No inventário do casal os bens de raiz arrolados vêm descritos como: uma chácara com casa e benfeitorias junto à Bagé, uma chácara com casa junto à Piratini medindo uma légua e uma fazenda em Jaguarão Chico com mais ou menos cinco quadras castelhanas. A de Piratini certamente correspondia ao campo obtido por meio da concessão das sobras da sesmaria dos sogros. A propriedade de Jaguarão Chico aparece referida em cartas desde o início da Farroupilha. E, de mais a mais, realizar uma compra de cinco quadras castelhanas de campo pagando em couros e gados parece menos factível, mesmo que naquele período de instabilidade couros e gados alcançassem valor comercial

---

<sup>57</sup> Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande Do Sul. Coleção de Alfredo Varela. Vol. 3, correspondência ativa e copiadore de Domingos José de Almeida; CV-1002, p. 277.

ainda mais alto. Seria a compra mencionada a da chácara situada em Bagé? Tudo indica que sim.

As propriedades de Piratini e de Jaguarão Chico são mencionadas frequentemente em correspondências trocadas ao longo da Guerra dos Farrapos. Em determinadas cartas são fornecidas informações bastante precisas, como no caso da carta escrita por Manuel Luís Osório, datada de 21 de abril de 1842, onde o então major imperial diz que Antonio de Souza Netto estaria com seu piquete em Piratini, na chácara do pai<sup>58</sup>. A estância de Jaguarão Chico é, contudo, a que aparece citada na maior parte das correspondências, tanto pelo próprio José, quando identifica sua localização no momento do envio das cartas<sup>59</sup>, quanto por emitentes diversos, dentre farroupilhas e legalistas. Em carta datada de 8 de março de 1837, o vice-presidente farroupilha Antonio Paulo da Fontoura, comumente Paulino da Fontoura, comenta que as primeiras cavalcadas destinadas a montar a Divisão do General já estavam a caminho de Jaguarão, onde seriam entregues ao velho Netto<sup>60</sup>, o que leva a crer que seriam conduzidos até a estância situada naquela região. Um pouco antes disso, em 11 de janeiro do mesmo ano, o então coronel Antonio de Souza Netto, comandante interino do Exército, escreve ao também coronel Domingos José de Almeida identificando sua posição como Campo de Jaguarão. O que se percebe é que Netto está acampado com seus comandados, já que solicita o envio de artigos para uso de enfermeiros e enfermos, assim como requisita o pagamento de vencimentos à Infantaria. O fato mais interessante é que Netto diz ambicionar a ida de Almeida à estância de seu pai a fim de elucidar uma controvérsia surgida no curso da compra de animais para o exército farroupilha capitaneada por José<sup>61</sup>. Netto pede que o amigo, se possível, passe

---

<sup>58</sup> Coleção Varela, Vol. 15, Osório, Manuel Luís, Cv-7006, p. 216.

<sup>59</sup> Coleção Varela, Vol. 13, Netto, José de Souza, Cv. 6404 a Cv. 6410, p. 168-172.

<sup>60</sup> Coleção Varela, Vol. 8, Fontoura, Antônio Paulo da, CV-4464, p. 221.

<sup>61</sup> José e seus filhos estiveram envolvidos em negócios de couros e gado durante todo o conflito farroupilha, como comprovam as correspondências reunidas na Coleção Varela. No caso da prestação de contas divulgada por Domingos José de Almeida fica comprovada a participação direta de José e dos filhos Florisbelo e Rafael em negociação com o Estado Oriental (Coleção Varela, Vol. 2, p. 293-304). O filho Domingos aparece recebendo cavalos também enviados do Estado Oriental (Coleção Varela, Vol. 3, Cv. 1569, de Domingos José de Almeida, p. 421). Já o filho Gervásio figura custodiando uma tropa de bestas (Coleção Varela, Vol. 10, Cv. 5522, de Bernardino José Lopes, p. 131). Além de animais, a família Netto participou de envios e recebimentos de material de uso na guerra, como exemplifica a ordem de Antônio para que fossem enviadas dezesseis lanças para a casa de seu irmão Domingos (Coleção Varela, Vol. 12, Cv. 6073, de Antonio Netto, p. 22). Não só José e seus filhos aparecem nas correspondências da guerra, o capitão Vasco Marques de Souza, filho de Manoel, irmão de José, se comunica com o primo Antonio, com Domingos José de Almeida e com João Antonio da Silveira. E seu sobrinho, Manoel dos Santos Jardim, filho de Ignacia Marques de Souza e Pedro Salvador dos Santos Jardim, é mencionado como apoiador desde o Estado Oriental (Coleção Varela, Vol. 24, Cv. 10129 a Cv. 10140, p. 122-128).

na sequência no Campo de Jaguarão a fim de deslindar de vez a situação. Tudo leva a crer que a distância não era grande, já que possibilita um aparente rápido desvio, então a estância referida deve ser de fato a de Jaguarão Chico.

Em 1895, passado meio século do fim da Guerra dos Farrapos, o jornalista Felicíssimo de Azevedo escreve a Antonio José Coritiba pedindo a ele que contasse episódios vividos durante o conflito, supostamente para que fosse material da coluna publicada pelo jornalista no jornal *A Federação*. Antonio Coritiba se apresentou ao Batalhão de Voluntários no início da guerra, em 1835, e logo adiante ocupou o posto de primeiro tenente do corpo dos lanceiros negros. A carta que escreve a Felicíssimo<sup>62</sup> traz detalhes de movimentações das quais foi partícipe, até sua prisão e posterior afastamento do contingente farroupilha em 1840. No início da narrativa Coritiba conta sobre um deslocamento das forças de Pelotas a Bagé, em fevereiro de 1837, num percurso que se deu em meio a confrontos com os legais. Na altura de Candioteinha as forças teriam se dividido, seguindo Antonio Netto e David Canabarro para Bagé e José Mariano de Mattos desviando para o Estado Oriental. Coritiba conta que o destacamento de Mariano, do qual era integrante, seguiu rumo à Cerro Largo, fazendo no caminho uma parada na estância do pai do Netto para esconder duas peças de artilharia em meio a um santafezal. Pela posição geográfica se trata evidentemente da estância de Jaguarão Chico. Ao que parece, os campos da estância se estendiam até o lado Oriental<sup>63</sup>, pelo menos é o que sugere a carta enviada por Antonio Netto em 12 de fevereiro de 1836, tendo João Antonio da Silveira como destinatário. Na mensagem Antonio orienta que, por questões de segurança, as comunicações de João Antonio deveriam ser enviadas à estância de José de Souza Netto situada nas pontas de Jaguarão Chico no Estado Oriental, imediato a Bagé<sup>64</sup>, ou à chácara de Piratini. Se no início de 1836 a estância de Jaguarão já fazia parte do

---

<sup>62</sup> Coleção Varela, Vol. 7, Coritiba, José, Cv. 3994, p. 157.

<sup>63</sup> Não há especificação neste sentido no inventário de José e Theotonia, o que não é incomum para a época, já que “possivelmente muitos inventariantes ocultassem a presença de bens no Estado Oriental por considerar essa informação irrelevante, dado que esses bens estavam sob outra jurisdição.” Menegat, Carla. “Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (ca. 1845-1865). Tese de doutorado. Pós-Graduação em História, UFRGS, 2015, p. 95.

Segundo Farinatti (p. 397), “Após a última campanha da Cisplatina (1828), a possibilidade de apropriação direta de recursos via guerra diminuiu muito. (...)A fronteira agrária estava se fechando nas terras brasileiras, o que se reflete no fato de que a maioria dos grandes estancieiros tinha terras descontínuas e boa parte deles possuía tanto propriedades no Brasil quanto no Estado Oriental.”

Farinatti, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de doutorado. Pós-Graduação em História Social, UFRJ, 2007.

<sup>64</sup> Coleção Varela, Vol. 12, Netto, Antonio de Souza, Cv. 6053, p. 11.

patrimônio de José, por conjectura a compra de terras realizada em 1839 diz mesmo respeito ao campo de Bagé. Resta então procurar descobrir como José de Souza Netto se tornou proprietário de uma larga extensão de terras na região fronteira.

O testamento de José, ditado em 17 de maio de 1850, traz um indício relevante capaz de dimensionar o cenário patrimonial dos Netto e sua capacidade de inserção social. José declara ter créditos substanciais a receber de duas figuras de peso da elite riograndense: Joaquim Thomaz da Silva Prado e Antonio Soares de Paiva. Do primeiro o crédito a receber era de 11 mil patações, cerca de 10 contos de reis, um valor expressivo. Mas quem era Joaquim da Silva Prado? O tenente coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado era proprietário de vultuosa extensão de terras na região do planalto, fruto de sesmarias e de posse, e de grande número de escravizados. A família Silva Prado ocupava o topo da elite de Cruz Alta, era bem relacionada, mantinha vínculos familiares em São Paulo, seus domínios e sua influência eram enormes. Joaquim se colocou ao lado dos imperiais durante a Guerra dos Farrapos e acabou se retirando para São Paulo durante o conflito. Em seu retorno a situação econômica não era mais a mesma. Joaquim recorreu à empréstimos junto aos familiares paulistas e à prestamistas locais, mas pouco alterou o quadro<sup>65</sup>. Terá sido este o motivo para que Joaquim da Silva Prado assumisse tal dívida junto à José de Souza Netto? Teria José estofo financeiro para se colocar como prestamista? Teriam os dois realizado negócios com gado ou escravizados? Não há nada que confirme isso, mas é uma opção possível quando se considera que o valor do patrimônio de José e Theotonia no final da década de 1840 passava dos 115 contos de reis, distribuídos entre terras, animais e escravizados. Ainda que a atividade preponderante no universo rural da província fosse a grande pecuária e a elite econômica pudesse ser chamada de elite agrária, os grandes proprietários desempenhavam paralelamente outras atividades, como o comércio e o prestamismo<sup>66</sup>.

Enquanto pelo lado de Joaquim Thomaz da Silva Prado tudo permanece no campo das suposições, já que não se sabe a origem da dívida, no caso daquela a ser cobrada dos herdeiros do falecido Antonio Soares de Paiva o cenário é diverso. Em seu testamento,

---

<sup>65</sup> Rodrigues, Márcio Calixto. Negócios e formação da fortuna na família Silva Prado, diálogo com biografias históricas. Dissertação de mestrado. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2022, p. 51. Christillino, Cristiano Luís. Estratégias de família na ocupação do planalto sul-rio-grandense no XIX. Artigo. IX Encontro Estadual de História – ANPUH – Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul ANPUH RS. Vestígios do passado. A História e suas fontes. 2008, p. 1-3.

<sup>66</sup> Farinatti, Op. Cit., p. 395.

José declara ter um montante a receber por dezesseis anos de trabalho prestado, embora não especifique de qual natureza fosse esse trabalho. O valor devido é de 1 conto de reis por ano trabalhado. Além disso, teria sido acertado um pagamento adicional em animais, especificamente cem cavalos e mais uma manada de éguas mansas. Do total da dívida, salários mais animais, José só teria recebido mil e oitocentas reses no valor de 3 mil e 200 reis cada uma, o que corresponde à 5 contos e 760 mil reis. Ou seja, os herdeiros de Antonio Soares de Paiva deviam à José a quantia de 10 contos e 240 mil reis, com cavalos e uma manada de éguas. Igualmente uma quantia bastante expressiva. E quem era Antonio Soares de Paiva? Que tipo de atividade José teria desempenhado por dezesseis anos? Quando e onde?

Antonio José Soares de Paiva<sup>67</sup> foi um importante negociante em Porto Alegre, tendo ocupado por largo período o rentável e prestigioso cargo de contratador do Real Dízimo da capitania do Rio Grande de São Pedro. Ao lado de diferentes sócios, entre os quais dois de seus filhos, Antonio e Israel, monopolizou o negócio da arrecadação dos dízimos entre os anos de 1810 a 1824, obtendo a concessão de cinco triênios consecutivos<sup>68</sup>. Soares de Paiva já vinha tentando arrematar os dízimos desde 1802, mas eram os negociantes do Rio de Janeiro que dominavam tais atividades. Isso porque os negociantes locais eram considerados sem condições de honrar o contrato. No caso de Antonio Soares de Paiva, a alegação para a recusa foi de que no tempo da guerra ele havia perdido três embarcações que seguiam para a Bahia com toda a carga, o que fez com que retornasse falido e assim permanecesse, sendo voz corrente que devia mais do que tinha<sup>69</sup>. Por volta de 1810, entretanto, devia estar passando por um período de expansão de seus ganhos, pois passou a comprar campos na região do então chamado Rincão da Guarda de Santa Rosa, entre o arroio Candiota e o rio Jaguarão. Eram terras de antigos posseiros que haviam requisitado sesmarias no início do século. Entre os campos adquiridos por Antonio Soares de Paiva estavam os que foram parte da sesmaria do capitão Joaquim Silvério da Silva Prates e que haviam sido compradas por José Soares da Silva, também

---

<sup>67</sup> Antonio José Soares de Paiva (pai) nasceu em 1761 e faleceu em 1825. Antonio Soares de Paiva (filho) nasceu em 1790 e faleceu em 1851. Em 1850, ao referir a dívida em seu testamento, José se refere ao “falecido” Antonio Soares de Paiva, portanto se trata evidentemente do pai.

<sup>68</sup> Miranda, Márcia Eckert. Um comerciante na fronteira sul do Brasil: a corte, a guerra e o tributo. Artigo. VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9ª Conferência Internacional de História de Empresas, Campinas/2009, p. 1.

<sup>69</sup> Osório, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. Revista Brasileira de História, vol. 20, núm. 39, 2000, p. 127,128.

sesmeiro. A estância se localizava entre o rio Jaguarão Grande e os arroios Candiota e Tigre. Inicialmente José Soares da Silva e Antonio Soares de Paiva formaram uma sociedade, o primeiro entrando com as terras e o segundo com o gado, fruto do dízimo. A sociedade teve início em 1813 e contou com José de Souza Netto como administrador. Ainda que fosse um vínculo estabelecido a partir de uma prestação de serviços, é uma situação que demonstra a proximidade de José com uma figura que ocupava uma posição de prestígio naquele momento, o que sem dúvida significava uma promoção social. É relevante mencionar que Paiva era casado com a cunhada do então Comandante da Fronteira do Rio Grande, Manuel Marques de Souza, padrinho de José e primo de seu pai. É bastante provável que o parentesco com Marques de Souza tenha servido como um aval para que os descendentes de Francisco de Souza Soares se vinculassem à elite local. Quando a sociedade foi encerrada, em 1817, Antonio Soares de Paiva adquiriu de José Soares da Silva e de sua mulher toda a extensão de terras. Soares de Paiva faleceu em 1825, mas os dois filhos seguiram seus negócios. No final da década de 1840 os herdeiros começaram a vender as quatro estâncias situadas no Rincão da Guarda de Santa Rosa<sup>70</sup>.

Se de 1813 a 1817 José de Souza Netto prestou serviços à Antonio Soares de Paiva e José Soares da Silva, aqui estão aparentemente quatro anos dos dezesseis apontados por ele no testamento. Mesmo que nenhuma pista indique, é possível que tenha trabalhado para Paiva alguns anos antes disso ou alguns depois, perfazendo o período total por ele reivindicado. Digamos que José tenha trabalhado para Paiva até seu falecimento em 1825, o que dá doze anos. Faltariam outros quatro, talvez de 1809 a 1813, ou mesmo após sua morte, num acerto com os filhos. Até aqui tudo se encaixaria. Mas a dúvida sobre como José se tornou proprietário de grande extensão de terras na região de Jaguarão Chico permanece. Teria sido por meio de compra? Se fosse assim, como teria amealhado o valor necessário? Trabalhando para Antonio Soares Paiva ao que tudo indica não foi. Explorando a propriedade de Piratini? Não era grande o suficiente. Teria então reivindicado terras que passou a ocupar como posseiro? Tudo leva a crer que sim, ele estava na região como administrador da estância de Soares de Paiva, era um território que fora sujeito a limites flutuantes, campos neutrais, guardas e arranchamentos, que desde o início do século XIX viu a posse por ocupação simples se tornar uma forma corriqueira de apropriação de terras. Certamente foi o seu caso. Além disso, a guerra era uma forma

---

<sup>70</sup> Nogueira, Nerci. Nos primórdios de Bagé (Blog) Rincão da Guarda de Santa Rosa (Candiota), postado em 19 de outubro de 2018. Disponível em <https://nosprimordiosdebage.blogspot.com/2018/10/rincao-da-guarda-de-santa-rosa-candiota.html>

explícita de acumulação de recursos, sobretudo terras e gado. A apropriação das terras que viriam a formar a campanha sul-rio-grandense teve como atividade propulsora a pecuária extensiva destinada a abastecer as charqueadas do leste da província. A estruturação desta sociedade resultou da relação com os platinos e da organização guerreira. A combinação destes elementos fez com que a atividade agrária e os negócios de guerra e fronteira se mantivessem conectados<sup>71</sup>. Não foi apenas na Guerra dos Farrapos, quando os Netto se dedicaram aos negócios envolvendo animais e couros, José lutou nas guerras antecedentes, como declara no processo de medição das sobras da sesmaria do sogro, não teria por acaso já acumulado recursos gerados por meio de disputas fronteiriças?

Trabalhar como administrador em uma estância na fronteira e passar a proprietário foi, aliás, caso que se repetiu na família. Em carta datada de 30 de março de 1807, o tenente do Regimento de Dragões e encarregado do comando da Guarda de São Sebastião<sup>72</sup>, Pedro Fagundes de Oliveira, explica ao governador Paulo José da Silva Gama que havia oito ou nove anos o furriel Manoel Marques de Souza, o irmão de José, fora levado a deixar o emprego de administrador na estância do capitão de milícias Domingos Francisco de Araujo por ocasião da venda da mesma. E que ficando Manoel sem ter onde viver com sua família, permitiu que vivesse no limite de seus campos, onde ficava o primeiro marco português naquela fronteira. Não seria possível consolidar a apropriação e a manutenção do direito sobre os latifúndios fronteiriços sem estar inserido em uma importante teia de alianças com autoridades militares e civis, com vizinhos e mesmo com os subalternos. Houve de fato casos em que comandantes militares fizeram doações de terras em troca de serviço de guerra e sustentaram o direito dos beneficiados contra antigos posseiros<sup>73</sup>. No caso de Manoel, o tenente de Dragões cedeu parte de suas terras e se dispôs a auxiliá-lo em disputas posteriores ligadas aos limites e ao trânsito de seus animais na linha da fronteira. Manoel já vinha reivindicando aquelas terras desde 1802 por meio de Autos de Justificação dirigidos ao governador<sup>74</sup>. Na primeira tentativa não

---

<sup>71</sup> Farinatti, Op. Cit., p. 394.

<sup>72</sup> Hoje município de Bagé. O tenente Pedro Fagundes de Oliveira recebeu os campos em que se localizava essa Guarda como sesmaria. <https://nosprimordiosdebage.blogspot.com/2016/10/guarda-de-sao-sebastiao-das-nascentes.html>

<sup>73</sup> Farinatti, Op. Cit., p. 396.

<sup>74</sup> Nestes requerimentos, os solicitantes precisavam declarar suas possibilidades para o exercício da atividade de estancieiro, deveriam indicar a quantidade de animais que possuíam ou que poderiam colocar nas terras a serem concedidas. O teor da apropriação que se queria regulamentar e fomentar era claramente pecuário. In Farinatti, Op. Cit., p. 102.

obteve a concessão de sesmaria, mas em 1807 recebeu autorização para permanecer estabelecido ali. Em 1811 Manoel foi promovido a alferes comandante da Guarda do Pirahy<sup>75</sup>. Quando na década de 1850 foi instituído o sistema de registros paroquiais de terras, os campos de Manoel Marques de Souza na fronteira com o Estado Oriental foram inscritos por seus herdeiros na paróquia de Bagé.

Voltando à José, não é incoerente supor que entre os anos 1820 e 1830, um pouco mais ou um pouco menos, tenha se instalado como posseiro nos campos de Jaguarão Chico<sup>76</sup>. Se chegou a pedir a concessão de sesmarias, é outro caso. As concessões oficiais e a posse por ocupação simples foram as duas formas utilizadas durante o período colonial para a apropriação de terras na América Portuguesa. E quando a lei de sesmarias perdeu sua validade em 1822, por ocasião da Independência, a ocupação simples passou a ser a forma prioritária de aquisição de terras. Com a Lei de Terras de 1850 a compra foi instituída como único meio legal para obter a propriedade, sendo que esta mesma lei reconheceu as posses efetivadas até aquele momento, concedendo possibilidade de legitimação através de processo judicial. Em suma, na ocupação da fronteira meridional estiveram presentes tanto as sesmarias quanto as posses, como expedientes de apropriação de terras da coroa. Na primeira metade do século XIX, os mais afortunados senhores locais ampliaram e consolidaram seus patrimônios fundiários, obtidos seja por sesmarias, posse simples ou compra por preços ainda diminutos<sup>77</sup>.

O inventário de José e Theotonia aponta que o casal atingiu um patamar econômico diferenciado, o que os coloca como integrantes desta elite proprietária provincial que ampliou e consolidou seu patrimônio nas primeiras décadas do século. O monte mor alcançava 115 contos 741 mil reis, o que correspondia a cerca de 13 mil e 300 libras esterlinas. Quando José faleceu, com mais de oitenta anos de idade, contava com cinquenta e seis escravizados, o que correspondia a trinta e três por cento do seu

---

<sup>75</sup> Brasil, Carlos Roberto Martins. *Sesmarias em São Sebastião de Bagé. Primórdios do povoamento*. Porto Alegre: Renascença, 2009, p. 272-281.

<sup>76</sup> Em 1867, em processo judicial de medição do Rincão do Contrato, área contígua à do Rincão da Guarda de Santa Rosa e que naquela altura era alvo de interesse de mais de cinquenta herdeiros, entre os quais Manoel de Souza Netto, Esmeria de Souza Netto e Rafaela de Mattos Netto, viúva de Florisbelo, é mencionado que aqueles campos seriam formados por várias estâncias, algumas compradas, algumas herdadas e outras fruto de posse, sendo a última a forma de apropriação dos irmãos Netto. Ver Nogueira, Nerci. Nos primórdios de Bagé (Blog) Rincão do Contrato-Curral de Ana Correia, postado em 26 de maio de 2013. Disponível em <https://nosprimordiosdebage.blogspot.com/2013/05/rincao-do-contrato.html>

<sup>77</sup> Farinatti, Op. Cit., p. 101.

patrimônio. Era a maior escravaria da região de Bagé naquele período. Cada um dos filhos e filhas herdou dos pais um patrimônio correspondente a 8 contos 768 mil reis, entre campos, animais e escravizados. Duas netas batizadas com o nome da avó, Theotonia, foram beneficiadas e receberam uma escravizada cada. A filha Manoela foi favorecida, recebendo o restante da terça após os legados para Igreja e pagamentos necessários do inventário. José deixou determinado que fosse desta forma em seu testamento, por entender que a filha era pobre e tinha muitos filhos. Ainda em seu testamento José deixa designado que três de seus escravizados deveriam receber alforria. Declara também doações de escravizados feitas aos filhos anteriormente, doze no total. Joaquina, Antonio, Florisbelo, Gervasio e Manoel haviam recebido um escravizado cada, a filha Esmeria dois e a filha Bernardina três. Cotejando os nomes dos escravizados recebidos por doação e aqueles por herança, fica comprovado que estas doações não devem ter entrado como adiantamento no inventário. Isso não significa que os herdeiros e as herdeiras não tivessem em seu poder escravizados de propriedade paterna no momento da abertura do inventário, sendo que o mesmo ocorria em relação aos animais que povoavam seus campos e que pertenciam ao casal José e Theotonia. Em princípio, considerando o contexto, o montante recebido por cada herdeiro e herdeira de modo algum significava uma fortuna, mas isso não impediu que parte da geração seguinte superasse em muito o patrimônio angariado pelos pais.

A primeira filha do casal José e Theotonia, Joaquina Teresa Assunção Souza, nasceu em Rio Grande em 1790<sup>78</sup> e faleceu na mesma localidade em 1845. Casou com apenas treze anos, em 1803, o marido era o tenente Antonio Mendes de Oliveira e Silva, nascido na Colônia do Sacramento em 1776 e falecido em Pelotas em 1844. Joaquina faleceu antes de seus pais, assim como seu marido, ficando onze filhos como herdeiros diretos dos avós. Alguns viviam no Estado Oriental, outros estavam estabelecidos entre Pelotas, Povo Novo e Ponche Verde. Cada neto e neta recebeu bens no valor de 797 mil reis.

---

<sup>78</sup> Dentre as filhas de José e Theotonia, o de Joaquina foi o único registro de batismo localizado até o momento. Nele constam como padrinho o tenente Francisco da Silva Assumpção e como madrinha Rita Maria da Ressurreição. Tudo indica que seja a segunda mulher de Francisco de Souza Soares, pai de José e avô de Joaquina. Em 1793, quando foi aberto o inventário de Francisco, ele estava casado com a terceira mulher, Maria Felicia. Como não foram localizadas as datas de falecimento de Rita e do casamento de Francisco com Maria Felicia, nada impede que Rita tenha sido escolhida madrinha da primeira filha de seu enteado e falecido logo após.

O segundo filho, Rafael de Souza Netto, nasceu em Rio Grande em 1791 e faleceu na cidade de Jaguarão em 1873. Foi casado com Bárbara Leonor Gonçalves da Silva, sobrinha de Bento Gonçalves da Silva<sup>79</sup>, nascida em 1813 em Pelotas e falecida em 1876 em Jaguarão. O nome escolhido por José e Theotonia para seu primeiro filho varão foi certamente uma homenagem ao padrinho convidado, o brigadeiro Rafael Pinto Bandeira. Assim como ocorreu com Matilde, a irmã de Theotonia, o ilustre padrinho não pode comparecer à pia batismal. Desta feita foi seu representante Domingos da Boa Nova, cunhado de Theotonia, sendo Ignacia Antonia de Araujo, mãe de Theotonia, a madrinha. Por ocasião da abertura do inventário dos pais é mencionado que Rafael mantinha aos seus cuidados um escravizado e trinta éguas de propriedade dos pais. Na partilha lhe tocou um escravizado, éguas e burros, parte dos campos da estância de Jaguarão e mais 3 contos 519 mil reis, que seria parte de um valor maior que estava em mãos do genro Domingos Marques de Souza. Rafael e Bárbara Leonor moravam em Jaguarão, onde mantinham posição social destacada, tendo ele ocupado o cargo de vereador nos triênios 1857 a 1860 e 1867 a 1870<sup>80</sup>. O casal deixou uma filha.

Sobre Esmeria Souza não há muitas notícias. O que se sabe é que a segunda dentre as filhas nasceu em Rio Grande em 1795 e casou em torno de 1820 com Silvério José Lourenço, nascido em Encruzilhada por volta de 1790. O casal morava em Jaguarão e deixou dois filhos. Esmeria tinha em seu poder nove escravizados que pertenciam aos pais no momento da abertura do inventário. Na partilha recebeu parte dos campos da estância de Jaguarão Chico e cinco escravizados. Em 1859 foram registradas as terras legadas e a medida informada por Esmeria foi de meia légua de frente por uma légua de fundo.

A filha Floriana Sousa nasceu em Rio Grande em 1796 e faleceu em Bagé em 1886. Foi casada com seu primo Domingos Marques de Souza, filho de Manoel, nascido em Pelotas em 1895 e falecido em Bagé em 1875. O casal não teve filhos. Floriana e Domingos moravam no distrito do Piraí, em Bagé, provavelmente na metade da chácara que lhes tocou na divisão dos bens de José e Theotonia. Floriana recebeu ainda parte dos

---

<sup>79</sup> Este é um caso que denota que a instabilidade fronteiriça, tanto em termos econômicos quanto bélicos, levava as famílias proprietárias a investir na reprodução de alianças e relações sociais relevantes. In Farinatti, Op. Cit., p. 395.

<sup>80</sup> Both, Amanda Chiamenti. A trama que sustentava o império: mediação entre as elites locais e o estado imperial brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX). Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em História, PUCRS, 2016, p. 69.

campos da estância de Jaguarão Chico e mais quatro escravizados. Por ocasião dos registros paroquiais de terras, Domingos informa apenas a posse das terras herdadas do sogro e tio, o que permite questionar se teria ou não herdado terras de seu pai. Na partilha dos bens de José e Theotonia, Domingos é referido como depositário de um valor expressivo em dinheiro dos inventariados, o qual servirá para equilibrar a divisão do monte mor entre os herdeiros. A origem da soma não é referida, mas denota que havia uma relação de confiança entre sogro-tio e genro-sobrinho. Vem citado que até a partilha de bens Domingos tinha aos seus cuidados vinte e quatro escravizados de propriedade dos sogros.

O filho Domingos de Souza Netto nasceu em 1800 em Rio Grande e faleceu em 1869 em Bagé, deixando três herdeiros e um vasto patrimônio entre terras e escravizados. Domingos foi casado com Leonídia Angélica Rodrigues Barbosa, filha de Manoel Rodrigues Barbosa<sup>81</sup> e neta de Antonio Rodrigues Barbosa<sup>82</sup>, família de projeção estabelecida na fronteira sul. Assim como o irmão Rafael, o nome escolhido decerto homenageia o padrinho, Domingos Francisco de Araujo Rozo<sup>83</sup>. No momento da abertura do inventário de José e Theotonia, Domingos tinha um escravizado dos pais em seu poder. Na partilha herdou três escravizados, pedras de atafona, panelas de ferro, ovelhas e parte dos campos da estância de Jaguarão Chico. Em pouco tempo Domingos de Souza Netto era dono de uma fortuna que chegava a 309 contos de reis, cerca de 28 mil e 500 libras esterlinas. Só o rebanho que povoava seus campos contava com mais de oito mil reses<sup>84</sup>. Domingos decerto ganhou dinheiro com a Guerra dos Farrapos, já que aparece regularmente nas comunicações trocadas durante o conflito comprando animais de negociantes de Montevideú. Além disso, o casamento com Leonídia Angelica deve ter

---

<sup>81</sup> Figura influente na política de Piratini, tendo sido o segundo candidato mais votado na primeira eleição para a Câmara local, em 1832.

<sup>82</sup> Em 1803, o tenente-coronel da Cavalaria Miliciana Auxiliar do Rio Grande de São Pedro, António Rodrigues Barbosa, enviou requerimento ao príncipe regente D. João, pedindo doação, por sesmaria, de terras no rincão das vertentes do Jaguarão, nas novas terras conquistadas. Coleção Resgate AHU\_ACL\_CU\_019, Cx. 7, D. 481.

<sup>83</sup> Negociante de grosso trato no Rio de Janeiro, fidalgo da Casa Real nascido em Portugal em 1765, tendo recebido o Hábito da Ordem de Cristo. Foi casado com Leonor Alves de Castro. Segundo Berute (p. 152), Domingos Francisco de Araujo Rozo mantinha negócios com a capitania sul-rio-grandense, para onde despachava escravizados e estava entre os negociantes com mais de 10 mil quilômetros de curso no comércio marítimo nas primeiras décadas do século XIX. Berute, Gabriel Santos. Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em História, UFRGS, 2006.

<sup>84</sup> Vargas, Jonas. Elites, família e riqueza na pecuária gaúcha: o caso dos estancieiros e charqueadores de Bagé (c. 1850-1930) In Andrade, Gustavo; PADOIN, Maria Medianeira; Ismério, Clarisse (org). *História de Bagé: novos olhares* [livro eletrônico]. Ponta Grossa: Texto e contexto, 2021, p. 286-287.

contribuído para a ampliação de seu patrimônio e prestígio social<sup>85</sup>. Segundo o irmão Antonio, em carta datada de 17 de dezembro de 1841<sup>86</sup> e destinada ao então ministro da Fazenda e Interior, Domingos José de Almeida, Domingos de Souza Netto vinha sendo cortejado para o cargo de Juiz de Paz no Estado Oriental, cargo que vinha refutando por ser Rio-grandense e não ter se naturalizado naquele país.

Manoela Sousa nasceu em Piratini em 1801 e faleceu no mesmo local em 1853. Casou em 1823 em primeiras núpcias com Manuel Rodrigues Veleda, nascido em Portugal em torno de 1793 e falecido em Piratini em 1829. Em 1831 casou em segundas núpcias com José Antonio Veleda, nascido em Portugal em torno de 1801 e falecido em Piratini em 1849. Manoela teve onze filhos, um do primeiro matrimônio e dez do segundo. Tinha em seu poder cinco escravizados de José e Theotonia. Faleceu pouco depois dos pais, deixando nove herdeiros. Cada filho e filha de Manoela herdou 1 conto 262 mil reis, sendo 974 mil reis correspondentes à parte dividida igualmente entre os filhos e as filhas de José e Theotonia e o restante correspondente à terça legada via testamento. Quando no final do século XIX o tenente Manoel Alves da Silva Caldeira (1815-1900), oficial que lutou no Corpo de Lanceiros Negros durante a Farroupilha, escreve suas memórias<sup>87</sup>, afirma em três oportunidades que foi Manoela quem mandou avisar o acampamento farroupilha que o coronel legalista Francisco Pedro Buarque de Abreu, conhecido por Chico Pedro ou Moringue, estava acampado não muito distante dali, em um braço do arroio Candioteinha, dentro de seus campos. Canabarro teria feito pouco caso e no dia seguinte se daria o massacre de Porongos.

O filho que se tornaria um dos nomes de peso da Guerra dos Farrapos, Antonio de Souza Netto, nasceu no Povo Novo em 1803 e faleceu em Corrientes em 1866, deixando três filhas: Theotonia, Maria Antonia e Carolina Leopoldina. As duas primeiras eram de seu casamento com Maria Candelaria Escayola y Medina, nascida em Paysandú em 1839 e falecida em 1904, Carolina Leopoldina, a mais velha, era filha natural de mãe não

---

<sup>85</sup> As trajetórias pessoais e os matrimônios de filhos e filhas reforçavam a trama de grupos familiares que conseguiam estar presentes, por si ou por seus parentes, em campos sociais diversos, relevantes e conexos. A pecuária, o comércio, o prestamismo e os altos comandos militares aportavam recursos e prestígio que podiam ser acessados direta ou indiretamente pelos núcleos familiares envolvidos. In Farinatti, Op. Cit., p. 398.

<sup>86</sup> Coleção Varela, Vol. 13, Netto, Antonio de Souza, Cv. 6259, p. 64.

<sup>87</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, III Trimestre, Ano VII, 1927, p. 393; 414; 437.

identificada<sup>88</sup>. Antonio deixou ainda pelo menos um filho, Moisés, que era ao mesmo tempo filho e escravo de Netto, cuja mãe era uma escravizada da qual não conhece a origem exata. Quando seus pais faleceram, Antonio já estava estabelecido no Estado Oriental, em Tacuarembó, onde possuía duas propriedades. Mantinha com ele dois escravizados que eram posse de seus pais. Na partilha de bens consta que Antonio abriu mão de receber campos em Jaguarão, herdando dos pais cinco escravizados e mais 5 contos 218 mil reis do total que estaria em mãos de Domingos Marques de Souza. Nos anos que se seguiram ao fim do conflito com o Império, Netto acabou se tornando um dos principais interlocutores dos problemas vividos pelos estancieiros brasileiros no norte uruguaio, ao mesmo tempo em que usufruía de relações privilegiadas com políticos da Corte<sup>89</sup>.

Bernardina Souza Mattos nasceu em Piratini e faleceu em Bagé em 1874. O marido, Francisco de Souza Mattos, nasceu em Canguçu em 1819 e faleceu em Bagé em 1878. Bernardina herdou dos pais a outra metade da chácara de Bagé, dividida com Floriana, mais campos na fazenda de Jaguarão Chico e seis escravizados. Francisco de Souza Mattos foi o inventariante dos sogros, mesmo que em seu testamento José tenha designado para o cargo, em ordem de preferência, seu filho Gervasio, seu filho Rafael ou sua mulher Theotonia. Diante da impossibilidade dos dois filhos, que moravam no Estado Oriental, e do falecimento de Theotonia, Francisco foi escolhido inventariante de comum acordo por todos os herdeiros. Francisco era sócio do cunhado Antonio em propriedade em Tacuarembó, no Estado Oriental. O casal deixou quatro filhos, dentre as quais Floriana, que se casaria com um membro dos Silveira Martins, uma das tantas famílias brasileiras proprietárias de terras do outro lado da fronteira.

Florisbello de Souza Netto nasceu em Piratini em torno de 1815 e faleceu em Bagé em 1866, deixando um casal de filhos<sup>90</sup>. Casou com Rafaela de Souza Mattos, nascida em Canguçu em 1823 e irmã de Francisco, marido de Bernardina. Florisbello recebeu dos pais dois escravizados, animais (burros) e parte dos campos em Jaguarão. Durante a

---

<sup>88</sup> Carolina Leopoldina Souza casou em 1845 com Bernardino Almeida Rodrigues Barcelos, o que significou uma aliança com uma das famílias do topo da elite pelotense. Uma das filhas do casal, Bernardina, casou com Bento Gonçalves da Silva, filho de Caetano e neto do General Bento Gonçalves. Bernardina faleceu jovem e Bento casou com sua irmã, Jacintha. Mais uma vez as famílias dos generais farroupilhas Antonio de Souza Netto e Bento Gonçalves da Silva se uniram por meio de matrimônio, como já ocorrera com Rafael (irmão de Antonio) e Leonor (sobrinha de Bento).

<sup>89</sup> Menegat, Carla. Op. Cit., p. 299.

<sup>90</sup> O filho, José Antônio Mattos Netto (1854-1948), viria a ser o líder maragato conhecido como general Zeca Netto.

Guerra dos Farrapos ocupou o posto de major, sendo por vezes referido nas correspondências como major Bello. Em carta datada de 10 de maio de 1841<sup>91</sup>, quando dá notícias sobre as movimentações das duas facções ao conde do Rio Pardo, Filipe Neri d'Oliveira conta que ouviu dizer que Florisbello teria sido capturado por ocasião de um ataque surpresa dos legalistas na região de Candiota. Conforme o inventário de José e Theotonia, Florisbello e Rafaela moravam no Estado Oriental. O mais provável é que fosse na região de Tacuarembó, onde parte dos Netto possuía campos<sup>92</sup>. No mesmo processo vem informado que Florisbello tinha aos seus cuidados dois escravizados de seus pais.

Gervasio de Souza Netto nasceu em Piratini em torno de 1817 e faleceu no Uruguai em 1882, deixando três filhos. Foi casado com Benita Elodina Escayola y Medina, irmã de sua cunhada Maria Candelaria, mulher de Antonio. Benita Elodina nasceu em Florida, Uruguai, em 1849 e faleceu em Tacuarembó em 1900. Gervasio tinha aos seus cuidados dois escravizados e mais doze burros que pertenciam aos pais. Acabou herdando um escravizado, os burros, 741 mil reis do que estava em poder de Domingos Marques de Souza e parte dos campos da estância de Jaguarão Chico. Gervasio é mencionado como tenente durante a Guerra dos Farrapos e como o irmão Domingos aparece nas correspondências negociando animais. Morava no Estado Oriental, próximo da fronteira de Jaguarão, como atesta a carta enviada à Domingos José de Almeida em 2 de abril de 1850. Gervásio conta sobre as tensões na região fronteira e menciona carta recebida do irmão Antonio dando notícias sobre as investidas de Moringue em terreno Oriental<sup>93</sup>.

O filho mais moço, Manuel de Souza Netto, nasceu em Piratini em 1818 e faleceu em Bagé em 1878, deixando dois filhos. Foi casado com Maria do Carmo Souza, sua sobrinha e filha do irmão Domingos, nascida em Piratini em torno de 1830 e falecida em Bagé em 1906. Manoel herdou cinco escravizados, animais (ovelhas) e parte dos campos na estância de Jaguarão, onde se estabeleceu. No inventário dos pais vem informado que Manoel tinha aos seus cuidados nove escravizados e oitenta ovelhas<sup>94</sup>.

---

<sup>91</sup> Coleção Varela. Neri, Filipe d'Oliveira. Vol. 14, Cv. 6575, p. 158.

<sup>92</sup> Menegat, Carla. Op. Cit., p. 294.

<sup>93</sup> Coleção Varela. Netto, Gervasio, Vol. 14, Cv. 6403, p. 168.

<sup>94</sup> "A pecuária praticada nos campos dos pais permitia aos filhos varões a formação de um pecúlio, que lhes forneceria uma posição vantajosa para conseguir um bom matrimônio e, assim, construir alianças importantes para toda a família. As receitas advindas das atividades econômicas também eram empregadas para dar dotes às filhas, com o mesmo sentido que ocorria no caso do pecúlio dos filhos,

Até aqui foram referidos os filhos que figuram no testamento de José e na partilha de bens do inventário do casal José e Theotonia. Entretanto, outro filho é frequentemente citado em correspondências trocadas nos dois primeiros anos da Guerra dos Farrapos: José de Souza Netto, às vezes referido como José de Souza Netto Júnior. Seis cartas suas enviadas entre fevereiro de 1836 e março de 1837 estão preservadas na Coleção Varela<sup>95</sup>. Em 18 de julho de 1836 ele se identifica como Major de Comissão, em 5 de março de 1837 ele aparece assinando como Comandante Interino da 1ª Brigada, para em seguida, em 9 de março, assinar como Tenente Coronel Comandante Interino da 1ª Brigada. Em determinado momento José está circulando de um lado e outro da fronteira, se dirigindo ao Forte de Santa Teresa para de lá retornar na direção do canal de São Gonçalo, parece ter apoio e importantes contatos do lado oriental, servindo até mesmo como porta voz dos farroupilhas junto ao governo em Montevideú. Adiante está se dirigindo para Santa Maria, sempre em comunicação com o irmão Antonio<sup>96</sup>. A impressão que fica é que no início do confronto José participou de forma muito ativa, isso até os primeiros meses de 1837. Em 20 de novembro deste mesmo ano, entretanto, em carta endereçada ao então Presidente da Província Antonio de Miranda e Brito, o coronel comandante Francisco de Castro Matutino Pita, entre outras notícias relacionadas às movimentações dos farroupilhas, conta que poucos dias antes havia recebido notícias de que teriam ocorrido em Pelotas as exéquias fúnebres pela morte de José Netto<sup>97</sup>. De fato, as correspondências cessam e as menções à José são interrompidas. José de Souza Netto Júnior faleceu solteiro, em Piratini, no dia 4 de novembro de 1837. Devia ter cerca de trinta anos<sup>98</sup>.

---

objetivando instrumentalizar o a carreira do jovem casal e construir laços sociais relevantes. Em alguns casos, as antecipações de herança e outras formas de compartilhamento de recursos, como o próprio uso das terras dos pais por alguns de seus filhos, serviram para iniciar uma prática recorrente de atividades conjuntas com eles. Nesses casos, recursos de diversos tipos eram compartilhados fora das regras do mercado impessoal. Núcleos conjugais aparentados - na maioria das vezes sendo o dos pais e o de alguns dos filhos (as) - tinham muitos negócios em comum, o que acabava por gerar uma administração familiar para os negócios do gado e viabilizavam sua produção em propriedades que se espalhavam a largas distâncias." In Farinatti, Op. Cit., p. 399

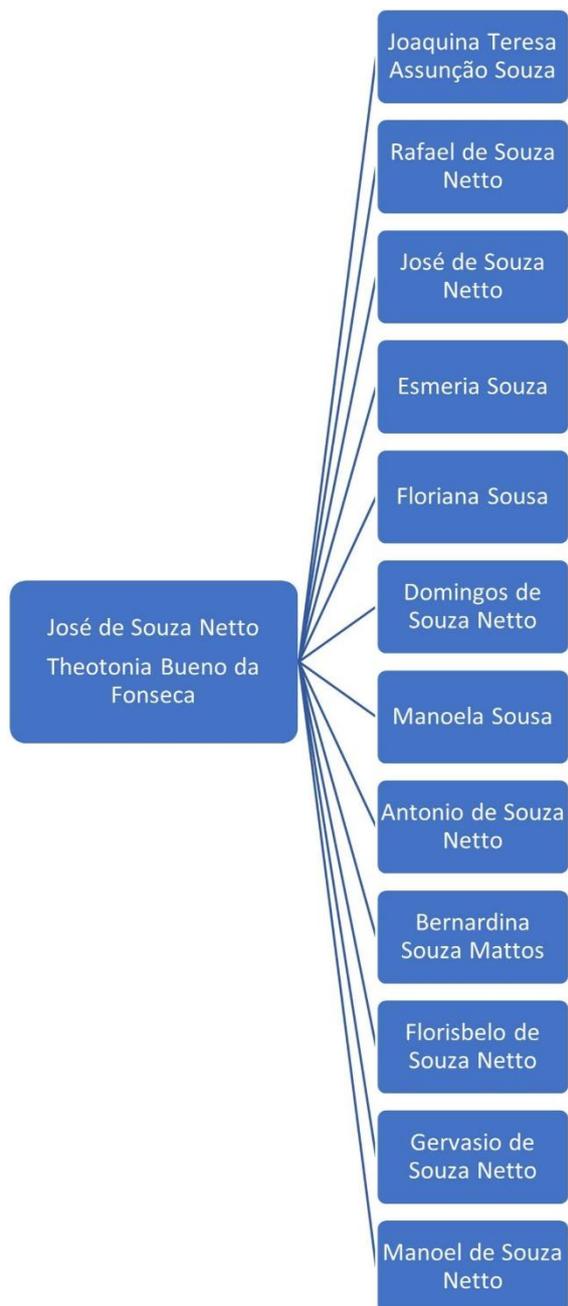
<sup>95</sup> Coleção Varela. Netto Júnior, José de Souza, Vol. 13, Cv. 6418 a Cv. 6423, p. 176-181.

<sup>96</sup> Coleção Varela. Netto, Antonio de Souza. Vol. 12, Cv. 6021, p. 28

<sup>97</sup> Coleção Varela. Pita, Francisco de Castro Matutino. Vol. 17, Cv. 7466, p. 89.

<sup>98</sup> Rheingantz, Carlos. *Famílias primeiras de Bagé*. Manuscritos originais do livro. Acervo do Museu Dom Diogo de Souza, Bagé, RS.

Figura 3 – Os descendentes de José e Theotonia



## Considerações finais

As estratégias familiares de inserção social empregadas pelos Netto para a perpetuação ou ampliação de seu legado, tanto econômico, quanto simbólico, ao que parece resultaram efetivas. O prestígio social sem dúvida ganhou corpo com o transcorrer da Guerra dos Farrapos, como bem evidencia a correspondência referida ao longo deste estudo. Antes do decênio farroupilha, porém, José já se movimentava com relativa destreza em meio à elite sulina. Um indicativo disso é a proximidade com o negociante e proprietário de terras Antonio Soares de Paiva. A escolha dos padrinhos de seus filhos também corrobora esta suposição, em particular de dois deles, Rafael e Domingos, apadrinhados respectivamente por Rafael Pinto Bandeira e por Domingos Francisco de Araujo Rozo. São duas as vias nas quais o compadrio pode atuar: uma externa à família, quando serve como meio para organizar trocas sociais e reforçar laços, outra interna à família, através da qual são estreitados laços e reforçadas relações já existentes por outras formas de parentesco<sup>99</sup>. A escolha dos compadres citados exemplifica bem essa dinâmica e, mais que isso, denota suas nuances. Enquanto Domingos Francisco de Araujo Rozo levou o afilhado à pia batismal ao lado de sua mulher, Leonor Alves de Castro (aliança externa à família), Rafael Pinto Bandeira (que na ocasião foi representado por Domingos da Boa Nova) dividiu a responsabilidade de apadrinhamento com Ignacia Antonia de Araujo, mãe de Theotonia (o que configura uma aliança mista). Já como um exemplo peculiar de estreitamento de laços pré-existentes temos a escolha dos padrinhos do próprio José, Manuel Marques de Souza e Josefa Marques, respectivamente primo e irmã de Francisco de Souza Soares (aliança interna à família).

O casamento também se constitui em peça chave da lógica de reprodução social, já que além de objetivar a continuidade biológica da família, propicia a união tanto entre ramos familiares distintos quanto entre ramos colaterais de uma parentela. As alianças matrimoniais por certo se diversificaram no curso das gerações, mas ao que tudo indica sempre obedecendo um padrão homogâmico. Dentre os filhos de José e Theotonia temos algumas alianças matrimoniais prósperas, como a de Rafael com Bárbara Leonor Gonçalves da Silva e a de Domingos com Leonídia Angélica Rodrigues Barbosa. Com

---

<sup>99</sup> Andrade, Mateus Rezende de. *Compadrio e Família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)*. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em História, UFMG, 2014, p. 105

determinadas famílias foram contraídos até dois casamentos, como no caso dos filhos Florisbelo e Bernardina que contraíram matrimônio com os irmãos Rafaela e Francisco de Souza Mattos, e de Antonio e Gervasio, casados com as irmãs Maria Candelária e Benita Elodina Escayola y Medina. Como foi mencionado no início deste trabalho, a rede familiar é com frequência o primeiro lugar para o estabelecimento de laços e obtenção de apoio. São muitas vezes as estratégias intrafamiliares que estabelecem os vínculos capazes de fortalecer o capital social e a capacidade de ação de determinado ramo. No caso da família Netto, como se viu, os casamentos endogâmicos se repetem ao longo das gerações, com diversos enlaces entre primos e entre indivíduos de gerações diferentes. Na geração dos filhos de José e Theotonia temos os casos de Floriana e Domingos, primos, e de Manuel e Maria do Carmo, tio e sobrinha. As relações endogâmicas foram estratégia essencial das famílias de elite, já que o parentesco pode se tornar fator fundamental na sustentação das redes de poder político e econômico. Levando em conta que a atividade pecuária se tornou primordial neste contexto familiar, fato que se acentua nas gerações de José e de seus filhos, casamentos endogâmicos são vantajosos já que permitem a integralidade de determinados espaços fundiários e, conseqüentemente, a preservação da qualidade dos rebanhos<sup>100</sup>.

No que diz respeito à proposta de investigar a forma como se deu a constituição do patrimônio da família do general farroupilha Antonio de Souza Netto, acredito que, tomada de forma ampla, a tarefa foi em boa medida alcançada, ainda que em determinados momentos tenha sido necessário recorrer ao campo das suposições. As fontes e a bibliografia consultadas foram cruciais para a construção do cenário patrimonial familiar e para o reconhecimento das interações sociais vigentes, mas é preciso admitir que uma pitada de imaginação histórica contribuiu para a montagem do quebra-cabeças. É importante dizer que antes do início da escritura do trabalho a ideia era a de examinar a geração dos pais do general, recuando no máximo até seus avós. Entretanto, a pesquisa foi ganhando corpo à medida que as descobertas foram sendo feitas e o recuo acabou sendo bem maior. O exame das gerações anteriores àquela que adotou o sobrenome Netto naturalmente não se esgota aqui. Ainda que tenha sido possível construir um bom cenário dos ramos paterno e materno restaram algumas lacunas que talvez possam ser preenchidas com o tempo.

---

<sup>100</sup> Castro, Fábio Fonseca de. Relações de parentesco nas elites amazônicas: sociações familiares, articulações de poder e reprodução social. *História* (São Paulo), v.42, e2023012, 2023, p. 16.

Já no sentido descendente creio que o trabalho tenha atingido seu intento, qual seja, o de criar um preâmbulo para o estudo que será levado a cabo na sequência da pesquisa a partir da reunião de informações verificadas até o momento sobre cada um dos filhos e das filhas do casal José e Theotonia. O que foi visto como fechamento deste trabalho, é, sobretudo, um panorama constituído por dados gerais que vêm sendo reunidos sobre os integrantes da geração de Antonio, tais como nascimentos, casamentos, número de filhos, falecimentos, e mais algumas notícias localizadas sobre a situação em que cada um e cada uma se encontrava no momento em que foi aberto o inventário dos pais. Ou seja, a investigação sobre Antonio e seus irmãos e irmãs ainda é incipiente, não se trata de material definitivo, muito pelo contrário, são pinceladas do que se pretende investigar daqui para frente. Neste levantamento prévio Antonio de Souza Netto não ocupou posição de protagonismo, embora sua condição seja tal e obviamente a quantidade de informações sobre ele supere muitíssimo o que se sabe sobre seus irmãos e irmãs.

## Fontes de pesquisa:

### Manuscritas:

- 1) Inventários *post-mortem* e testamentos (séculos XVIII e XIX). Acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, APERS, Porto Alegre:  
  
Francisco de Souza Soares – processo 36, 1793, Comarca de Santa Catarina; José de Souza Netto e sua mulher Theotonia Bueno – processo 120, 1852, Comarca de Caçapava; Domingos de Souza Netto e sua mulher Leonídia Angélica Barbosa Netto – processo 42, 1870, Comarca de Bagé; Florisbelo de Souza Netto – processo 229, 1866, Comarca de Bagé; Manoel de Souza Netto – processo 526, 1885, Comarca de Bagé; Bernardina de Souza Netto e Francisco Mattos – processo 2091, 1891, Comarca de Bagé; Manoela de Souza Netto processo 192, 1855, Comarca de Piratini; Domingos Marques de Souza e Floriana de Souza Netto processo 223, 1874, Comarca de Bagé.
- 2) Livros de Registros Paroquiais de Terras: Bagé e Jaguarão. Acervo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, APERS, Porto Alegre.
- 3) Processo judicial de medição de terras: Processo 527, requerente José de Souza Netto, requerido Salvador Bueno, data 31/12/1816, Vila de Pelotas, Comarca de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina. Acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, APERS, Porto Alegre.
- 4) *Famílias primeiras de Bagé*. Originais do livro de Carlos Rheingantz. Acervo do Museu Dom Diogo de Souza, Bagé.

### Manuscritas digitalizadas:

- 1) Registros de batismo, casamento e óbito. Site: <https://www.familysearch.org/pt/>
- 2) Cartas e ofícios. Projeto Resgate – Biblioteca Luso Brasileira – Colônia do Sacramento e Rio da Prata (1618-1826)

### Impressas:

- 1) *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande Do Sul*. Volumes 2 a 24 (1978-2020). Coleção Alfredo Varela.
- 2) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, III Trimestre, Ano VII, 1927.
- 3) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, ano XXIII, II trimestre de 1944, nº 94
- 4) *Revista do Primeiro Centenário de Pelotas*, 1911, número 4. In *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*, vol. 1, org. Luís Rubira, Santa Maria/RS: Pró-Cultura RS/ Gráfica e Editora Pallotti, 2012

## Referências bibliográficas:

### Livros e capítulos de livros

- BARROS, Dalmiro da Motta Buys. *Colônia do Sacramento. Batizados, Casamentos e Óbitos 1690-1777*. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2012
- BRASIL, Carlos Roberto Martins. *Sesmarias em São Sebastião de Bagé. Primórdios do povoamento*. Porto Alegre: Renascença, 2009
- CABREIRA, Israel Aquino. Do Valongo à Viamão: matrimônio, compadrio e outras estratégias de reprodução social no extremo sul da América portuguesa (século XVIII). In *História do Extremo Sul. A formação da fronteira meridional da América*. KÜHN, Fábio Kuhn e NEUMANN, Eduardo (org). 1. ed. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2022, p. 209-240. (formato e-book)
- CALDEIRA, Jorge. *A História da Riqueza no Brasil. Cinco séculos de pessoas, costumes e governos*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017. [formato ePub]
- CAMARGO, Fernando. Guardas militares ibéricas na fronteira platina. In POSSAMAI, Paulo. (org.) *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010
- D'AVILA, Jayme Lucas. *Povoadores de Piratini: açorianos (casais d'El-Rei) militares, tropeiros, aventureiros e outros*. Porto Alegre: EST Edições, 2007
- MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença. Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c. 1820-1870)*. São Leopoldo, Rs: Oikos, 2021
- \_\_\_\_\_. A exploração da mão de obra escrava na pecuária (campanha gaúcha, segunda metade do século XIX) In ANDRADE, Gustavo; PADOIN, Maria Medianeira; ISMÉRIO, Clarisse (org). *História de Bagé: novos olhares* [livro eletrônico]. Ponta Grossa: Texto e contexto, 2021
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: ED. Nova Fronteira, 1992
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994
- MONTEIRO, Jonathas da Costa Rêgo. *A Colônia do Sacramento 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937 [obra em 2 volumes]
- NETTO, José Antônio. *Memórias do General Zeca Netto. Episódios das Revoluções de 1893 e 1923*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003
- POSSAMAI, Paulo. *A vida quotidiana na Colônia de Sacramento (1715-1735). Um bastião português em terras do futuro Uruguai*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006
- \_\_\_\_\_. *Diário do Sítio da Colônia do Sacramento (1735-1737)* [recurso eletrônico] Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018
- SALIS, Eurico Jacinto. *História de Bagé*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1955
- SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1904, volumes I, IV e VI

VARGAS, Jonas M. *Os Barões do charque e suas fortunas – Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul – século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016

\_\_\_\_\_. Elites, família e riqueza na pecuária gaúcha: o caso dos estancieiros e charqueadores de Bagé (c. 1850-1930) In ANDRADE, Gustavo; PADOIN, Maria Medianeira; ISMÉRIO, Clarisse (org). *História de Bagé: novos olhares* [livro eletrônico]. Ponta Grossa: Texto e contexto, 2021

VERISSIMO, Erico. *O tempo e o vento. O Continente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

Artigos, dissertações e teses:

ANDRADE, Mateus Rezende de. *Compadrio e Família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)*. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em História, UFMG, 2014

AQUINO, Israel da Silva. *Redes de compadrio, hierarquia e interdependência social (Viamão, 1747 – 1773)*. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em História, UFRGS, 2019

\_\_\_\_\_; KÜHN, Fábio. *Redes, hierarquia e interdependência social nas relações de compadrio do século XVIII (Viamão, 1747-1769)*. Artigo. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 56-78, jul./dez. 2018

BERTRAN, Michel. *De la familia a la red de sociabilidad*. Artigo. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 61, No. 2. (Apr. - Jun., 1999), pp. 107-135

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825*. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em História, UFRGS, 2006

BOTH, Amanda Chiamenti. *A trama que sustentava o império: mediação entre as elites locais e o estado imperial brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX)*. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em História, PUCRS, 2016

CASTRO, Fábio Fonseca de. *Relações de parentesco nas elites amazônicas: sociações familiares, articulações de poder e reprodução social*. Artigo. *História* (São Paulo), v.42, e2023012, 2023

COMISSOLI, Adriano. *A formação de “bandos” como instrumento de oligarquização da Câmara do Continente do Rio Grande de São Pedro (1767-1808)*. Artigo. ANPUH – Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estratégias de família na ocupação do planalto sul-riograndense no XIX*. Artigo. IX Encontro Estadual de História – Vestígios do passado. A História e suas fontes. – ANPUH – Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul ANPUH-RS. 2008

FARINA, Marcelo Pezzolo. *Entre revolução e escravidão: a história do conceito jurídico de desapropriação no século XIX*. Artigo. *Revista Direito em Debate*, Editora Unijuí, Ano 33, N. 62, 2024

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de doutorado. Pós-Graduação em História Social, UFRJ, 2007

FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. Artigo. *Revista Topoi*, v. 11, n. 21, jul-dez, 2010, p. 74-106

HAMEISTER, Martha Daisson. "No princípio era o caos": a formação de um povoado na fronteira americana dos Impérios Ibéricos no século XVIII através do estudo das relações de apadrinhamento e compadrio. Artigo. *Revista de História Regional* 15(2): 95-128, Inverno, 2010

\_\_\_\_\_. O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763). Dissertação de mestrado. Pós-graduação em História Social, UFRJ, 2002

\_\_\_\_\_. "Para dar calor à nova povoação": estudos sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)." Tese de doutorado. Pós-graduação em História Social, UFRJ, 2006

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Tese de doutorado. Pós-graduação em História, UFRJ, 2006

\_\_\_\_\_. "Um corpo, ainda que particular": irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. *Revista História Unisinos*, Vol. 14 Nº 2 - maio/agosto de 2010 2010.

MENEGAT, Carla. "Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha": atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (ca. 1845-1865). Tese de doutorado. Pós-Graduação em História, UFRGS, 2015

MIRANDA, Márcia Eckert. Um comerciante na fronteira sul do Brasil: a corte, a guerra e o tributo. Artigo. VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9ª Conferência Internacional de História de Empresas, Campinas/2009

METCALF, Alida. A família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba, 1750-1850. Artigo. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol.20, nº 2, p. 283-304, maio-agosto, 1990

OSÓRIO, Helen. Apropriação da terra na fronteira meridional da América portuguesa: direitos e formas de acesso. Trabalho completo publicado em evento. XIV Congresso Internacional de História agrária (Badajoz, 7-9 de noviembre de 2013)

\_\_\_\_\_. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. Artigo. *Revista Brasileira de História*, vol. 20, núm. 39, 2000

\_\_\_\_\_. Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese de doutorado. Pós-Graduação em História, UFF, 1999

PICCIN, Marcos B. Famílias da elite rural estancieira do Rio Grande do Sul: meios de interação social e cultural e estratégias matrimoniais e sucessorais de reprodução social. Artigo. *REPOCS*, vol. 17, n.33, jan./jun. 2020, p. 93-124

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. A Vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1733. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História, UFSC, 1985

RHEINGANTZ, Carlos. “Povoamento do Rio Grande de São Pedro. A contribuição da Colônia de Sacramento”. Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande v. II. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979

RODRIGUES, Márcio Calixto. Negócios e formação da fortuna na família Silva Prado, diálogo com biografias históricas. Dissertação de mestrado. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2022

SEIDL, Ernesto. Famílias das armas: reprodução familiar e carreiras no Exército brasileiro (1850-1930). Artigo. *Repocs*, v.17, n.33, jan./jun. 2020

Sites e blogs:

<https://www.familysearch.org/pt/>

<https://nosprimordiosdebage.blogspot.com/>

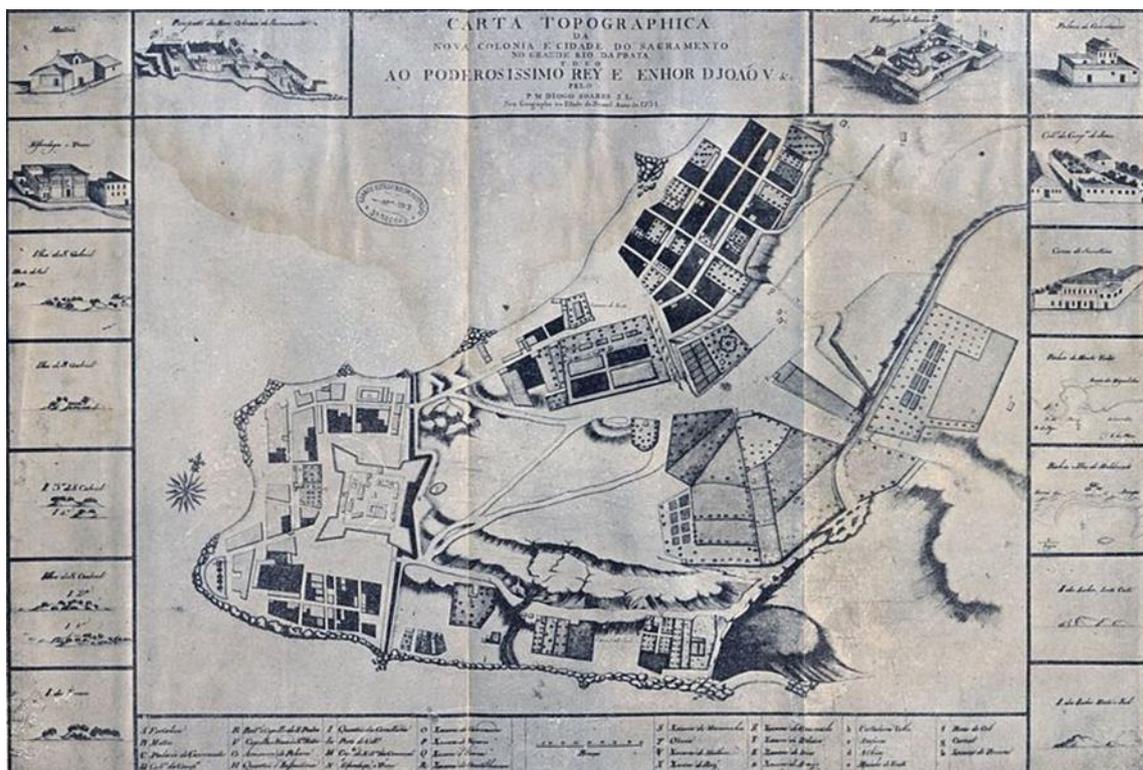
<http://www.projeto compartilhar.org/Familia/BuenodaFonsecaemLavras.htm>

**ANEXOS**

## Anexo 1

Carta topográfica da Nova Colônia e cidade do Sacramento no grande Rio da Prata  
Autor: Diogo Soares, 1731

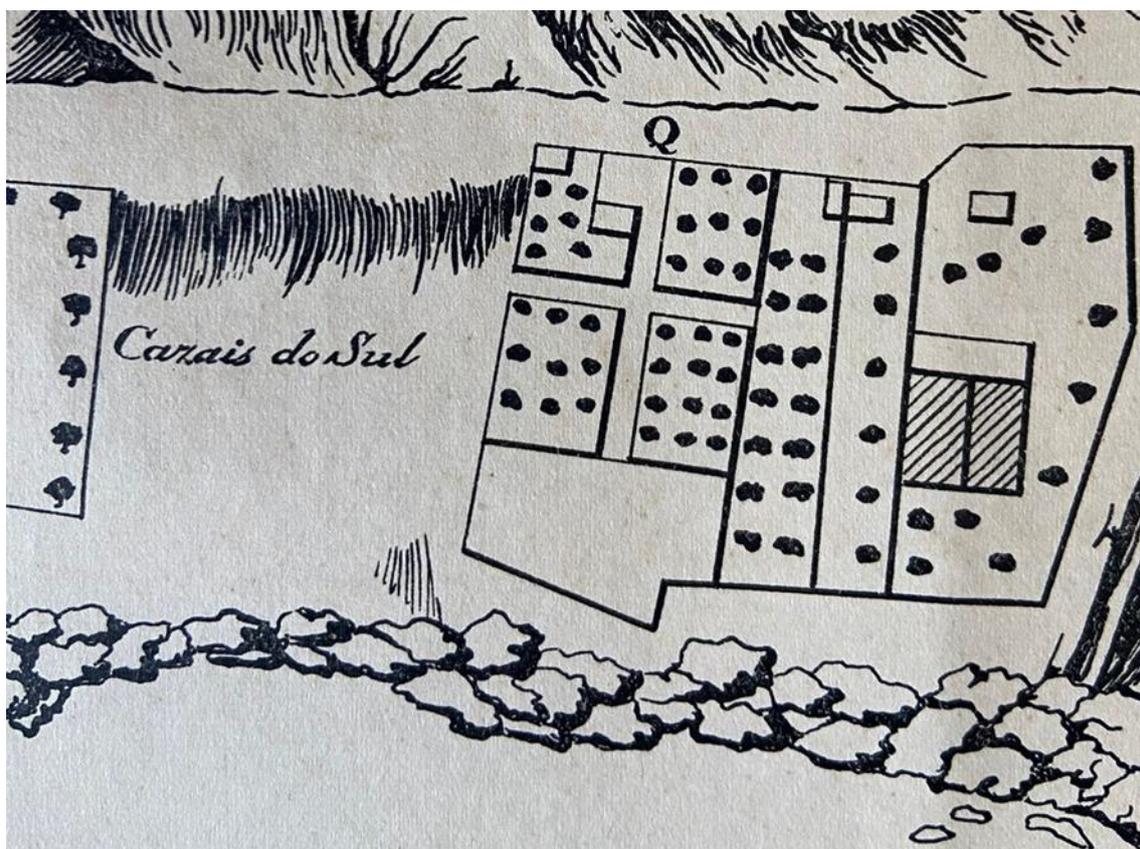
In MONTEIRO, Jonathas da Costa Rêgo. *A Colônia do Sacramento 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937. [obra em 2 volumes].



Carta topográfica da Nova Colônia e cidade do Sacramento no grande Rio da Prata  
Autor: Diogo Soares, 1731

[detalhe chácaras dos casais do Sul]

In MONTEIRO, Jonathas da Costa Rêgo. *A Colônia do Sacramento 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937. [obra em 2 volumes]



Carta topográfica da Nova Colônia e cidade do Sacramento no grande Rio da Prata  
 Autor: Diogo Soares, 1731

[detalhe Chácara do Souza – letra Q]

In MONTEIRO, Jonathas da Costa Rêgo. *A Colônia do Sacramento 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937. [obra em 2 volumes].

<i>I</i>	<i>Quarteis da Cavallaria</i>	<i>O</i>	<i>Xacara do Governador</i>
<i>L</i>	<i>Porto do Coll.<sup>o</sup></i>	<i>P</i>	<i>Xacara do Vigario</i>
<i>M</i>	<i>Cap.<sup>la</sup> de M.<sup>ra</sup> da Conceição</i>	<i>Q</i>	<i>Xacara d.<sup>s</sup> Souza</i>
<i>N</i>	<i>Alfandega e Trem</i>	<i>R</i>	<i>Xacara do Gentilhomem</i>

## Anexo 2

Inventário de Francisco de Souza Soares

Processo 36 – 01/01/1793 – Comarca de Santa Catarina

[relação de encomendas de alfaiataria]

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS

Relação Das obras q̄ fiz p̄ Casa do Sr̄ Francisco de Souza Soares

Por huma Sobrefazaca Vestia e Calcão do Filho	2 0000
Por huma Tolda Vivada p̄ o Filho Saldado	0640
Por huma Sobrefazaca Vestia e Calcão do Sr̄ Franç	2 0080
Por hum Conserto e porro do Calcão de Vel. quite do dito	0320
Por huma Ximareta e Calcão do João de Mello	0960
Por huma Vestia a sertuada do Sr̄ Francisco	0960
Por huma Ximareta de baetas do Filho	0780
Por hum Jozezinho de baetas do Sr̄	0960
Por duas Ximaretas p̄ os pretos	0800
Por duas Calçoens p̄ os fillos	0800
Por virar huma Sobrefazaca p̄ o Sr̄ Francisco	0800
Por huma Ximareta e Calcão p̄ o Sr̄ Paulo	0880
Por huma Vestia e Calcão deluto p̄ o Sr̄ Francisco	0880
Por hum Frague de Xita e carrilador p̄ o Sr̄ Francisco	0760
	<u>140320</u>

Releby do Sr̄ Joze Duarte Nunes aquantia espre  
vada e por ser assim Verdade Releby esta Claveza  
por mim feyta e assignada Rio Grande 22, de Março  
de 1792

Joze de S. Lima

## Inventário de Francisco de Souza Soares

Processo 36 – 01/01/1793 – Comarca de Santa Catarina

[lista de compra e venda de secos e molhados]

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS

*Sr. Fran. de Souza Soares hade aver*

400	Quatro galinhas q. Mandou	
2	Grangos	2620
20	Algr. de trigo a 600	1600
54	Novilhas	248000
128	Algr. de trigo a 600	718200
Em	Moheda Cora	768800
150	Algr. de trigo a 800	1288000
10	18 lb. de Manteiga	1108000
4	Couro 2 de Novilhas e 5 de vaca	386000
		288000
		<hr/>
		2388600
	Abtidos a conta de q. Mehi devedor	5558180
	Esta	<hr/>
		1168580

*Recebi mais do Sr. Fran. de Souza Soares o leg.º*  
*Flua. Saca e Macaco de Setim, e dez oytavas e hu Quarto de ouro de*  
*hu p.º Reverder emandar dizer Missas pela Alma da falecida sua*  
*Mulher Rita M.ª de Perusicao cuja despesa aprez.ª Nas Cortidoreng*  
*hu Recibo de 2607. q. hora ad.ª da falecida devedoura da anno de 1791*  
*dem B.ª Franciscana.*

*José Duarte Nunez*

## Inventário de Francisco de Souza Soares

Processo 36 – 01/01/1793 – Comarca de Santa Catarina

[lista de compra e venda em armazém após o falecimento de Francisco]

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS

Relação dos bens Mandado p.<sup>o</sup> Casa do falecido Sr.<sup>o</sup> de Souza  
Soares depois de sua Morte

3 Algr. <sup>o</sup> de Farinha	
Bullas	
Arroz e Açúcar	58460
1 1/2 <sup>o</sup> de Estopa p. <sup>o</sup> Calças de preto	8270
	8580
	8320
	<hr/> 78020
Recibij nesta Conta o Seg.	
12 Queijos	
3 Couros hu de Novilho e 2 de vaca	28400
1 Porco	28240
	38200
	<hr/> 78840

José Duarte Nuncio

Inventário de Francisco de Souza Soares  
Processo 36 – 01/01/1793 – Comarca de Santa Catarina  
[petição do herdeiro José de Souza Netto]  
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS

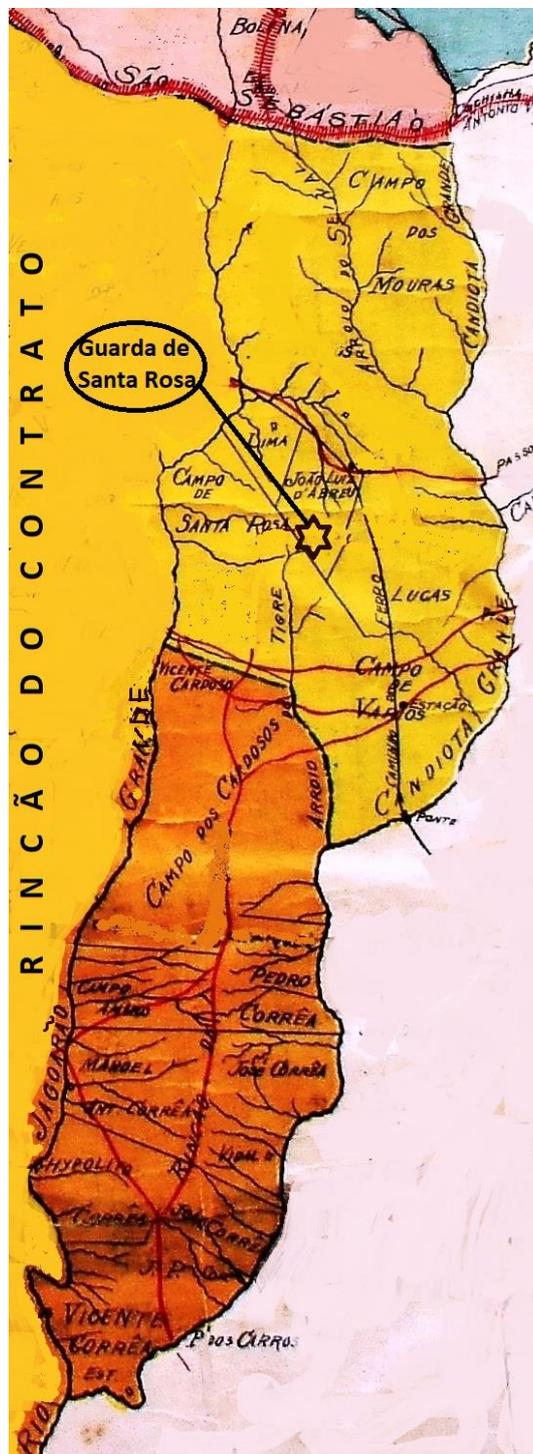
180  
18

De José de Souza Netto filho  
herdeiro do falecido Fran de Souza Soares  
reij q̄ estando esta baleido p̄ apôrto  
daveira q̄ onde não pode levar a parte  
q̄ leto car de tesar dada estamio mo  
fino por q̄ quer que a sua legitima  
felle adyodique em algum escravo cou  
tra Couzas mouis q̄ o dopy possa leva  
ar Com Sigo //



Anexo 4

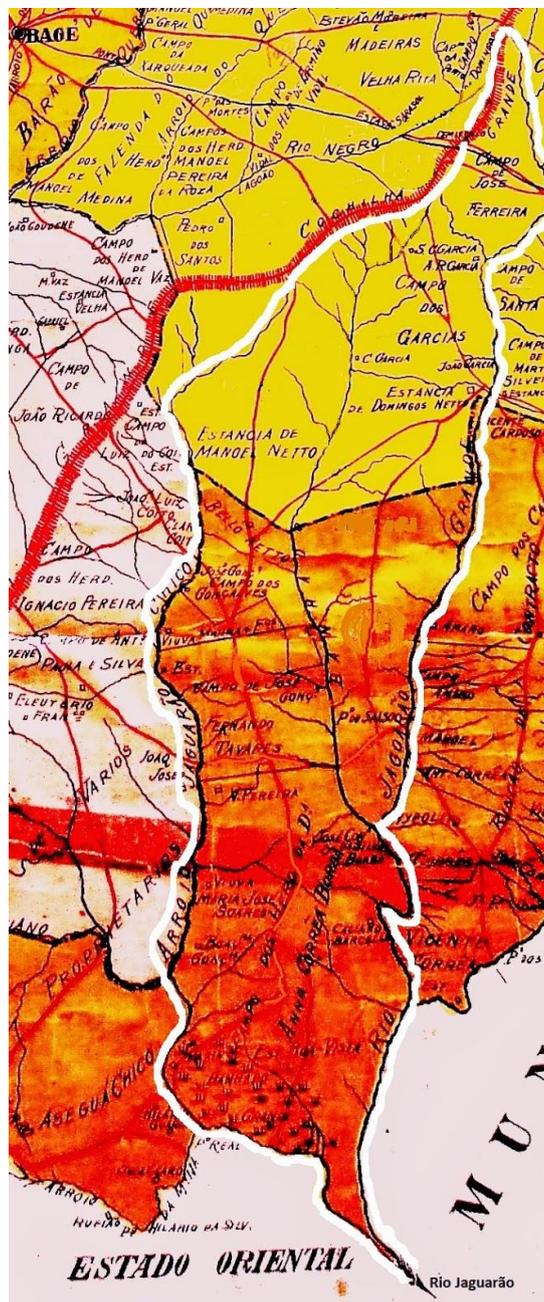
## Mapa do Rincão da Guarda de Santa Rosa



Disponível em <https://nosprimordiosdebage.blogspot.com/2018/10/rincao-da-guarda-de-santa-rosa-candiota.html>

## Anexo 5

### Mapa do Rincão do Contrato



Disponível em <https://nosprimordiosdebage.blogspot.com/2013/05/rincao-do-contrato.html>

Anexo 6

Túmulo de José de Souza Netto e Theotonia Bueno da Fonseca, das filhas Floriana e Bernardina, do irmão de José, Manoel, e do filho deste, Felício.

Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé



[foto de acervo pessoal]

Túmulo de Antonio de Souza Netto  
Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé



[foto de acervo pessoal]